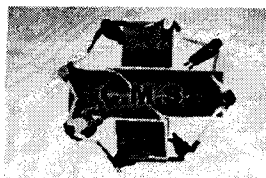


Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

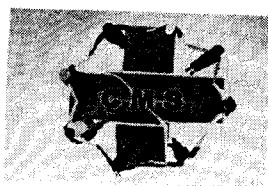
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 11/01/2018.

Às quinze horas, do dia 11 (onze), do mês de janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior; 2º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde do CMS; 3º PONTO: Fluxo de agendamento para Otorrino e Ortopedia; 4º PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses – Vig. Epidemiológica e 5º PONTO: Informes da Saúde. Em seguida colocou em votação o 2º Ponto que trata da PAS – Programação Anual de Saúde do CMS ficasse para ser discutido após os informes, todos foram de acordo. Iniciou-se a reunião com a leitura da Ata da reunião anterior feita pela Conselheira Rosimar Melo Teles que submetida à apreciação, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 2º PONTO: Fluxo de agendamento para Otorrino e Ortopedia. Com a palavra a Auditora, Sra. Jannefer Lima de Freitas fez uma breve explanação de como está o fluxo de marcações dessas especialidades no Centro de Saúde Três Poderes, onde gerava muitos conflitos por conta da espera. Estão reorganizando essa forma de atendimento, a Atenção Básica foi dividida em 06 (seis) Distritos e realizada capacitação dos profissionais da auditoria para estarem atendendo no SISREG – Sistema de Regulação. Estamos em fase experimental e até o momento não tivemos problemas e está sobrando vagas, só que conforme o acordo feito em reunião com médicos e Promotoria será



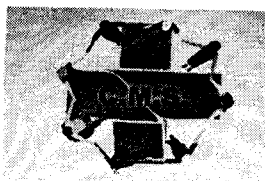
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

necessário que o usuário venha munido com toda a documentação: xérox do comprovante de residência, cartão SUS e RG. No caso do paciente morar em uma casa que não há os comprovantes de endereço em seu nome, o mesmo deve apresentar espelho do INSS se for aposentado, conta de telefone, carteira assinada, correspondências do correio e outros. Caso não apresente nenhum desses itens será feito um documento de fé pública, onde o usuário assina dizendo que mora no local, e aguarda a visita da Assistente Social para averiguar e é gerado um documento válido por 06 (seis) meses, para que o mesmo não fique desassistido. Com relação a pessoas vindas de outros municípios como de São Miguel -TO que tem o seu recurso, não serão atendidas, pois os recursos são municipalizados para usuários do nosso município. Já no caso de João Lisboa que fez um acordo com Imperatriz através da PPI - Programação Programada e Integrada, que é uma Pactuação para que seus habitantes possam receber seus atendimento. Esse mês foi um teste que se iniciou com as consultas da especialidade de otorrino e ortopedista que está dando certo e nas Unidades de Saúde diminuiu o aglomerado de pessoas, depois vamos estender para as demais consultas de especialidades. A Conselheira Lucília do Nascimento Lima relatou o caso de sua vizinha que veio de Belém, está residindo em Imperatriz, precisou de encaminhamento e como não tinha como comprovar, foi feito esse documento de fé pública e ficaram de visita-los, já faz alguns meses e nunca foram. O Conselheiro João Carvalho Parrião comentou, já que a saúde é um direito de todos, não seria mais fácil que esse cartão funcionasse como cartão de crédito, caindo o recurso no seu município de origem. Após todos os questionamentos dos Conselheiros serem respondidos pela Auditora -Sra. Jannefer Lima de Freitas, a Sra. Presidente do CMS solicita da mesma que conforme for sendo incluído novas especialidades para atendimento, que nos



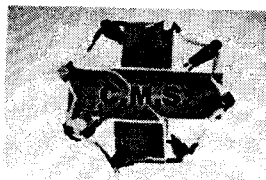
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

comunique via ofício. **3º PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses** – Vig. Epidemiológica. Com a palavra o Sr. Raimundo Nonato Queiroz Santos - Coordenador do Controle dos Vetores, onde fez uma breve explanação dos aspectos epidemiológicos das arboviroses no município e em seguida vários Conselheiros se manifestaram, dentre eles a Conselheira M^a das Graças Carvalho Souza Magalhães dizendo que o plano está cheio de incoerências, não tem licitação e sugere que seja feita a correção e se defina reunião extraordinária para apreciação do mesmo com as devidas correções. O Conselheiro Manoel Alves Pereira sugere que se aprove o Plano com ressalvas, pois a resolução é necessária para liberação de recursos. O Conselheiro Jurandi Mesquita acha que se for aprovado com ressalvas, elas nunca serão corrigidas. A Presidente colocou em votação a proposta da Conselheira M^a das Graças Magalhães de reunião Extraordinária para apreciar o Plano com suas correções e analisar a PAS – Programação Anual de Saúde do CMS, no dia 16 (dezesesseis) do corrente mês. Todos foram de acordo. Ficando definido para dia 15 (segunda – feira), às 14h, os Conselheiros Jurandi Mesquita, Manoel Alves, M^a das Graças Magalhães, Lívia Bustamante e o Coordenador do Controle dos Vetores Sr. Raimundo Nonato Queiroz fazer as alterações no **Plano de Contingência de Arboviroses**. **4º PONTO: Informes da Saúde.** A Conselheira M^a das Graças Magalhães informa que a Comissão de Divulgação esteve reunida e decidiram propor ao CMS a inclusão na PAS do CMS, o orçamento para criação de um pequeno jornal, como meio de fazer conhecido dos usuários e demais participantes do sistema através da divulgação de suas ações, bem como das ações da própria SEMUS como forma de maior alcance das informações. Foi protocolado na Secretaria do CMS documento contendo orçamento. Na oportunidade passou às mãos dos Conselheiros um modelo do jornal, que terá o nome de COMSAÚDE propondo



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

edição quinzenal. A proposta será discutida na PAS. A Sra. Presidente sugere a data dos encontros da capacitação do CMS para toda última 5ª feira do mês, às 8h30, tendo apoio da maioria. Com relação ao ofício CMS – nº 137, datado de 05 de dezembro/2017, solicitando uma reunião com o Secretário de Saúde para tratarmos sobre demandas da CISTT e CEREST, ainda estão aguardando o agendamento da referida reunião pela assessora do gabinete Sra. Roberta e reconhece que está havendo uma demora significativa do agendamento. Informa ainda que já enviamos ofício solicitando a contratação do Contador para dar suporte ao CMS em suas comissões, só falta indicar o nome. Em relação ao pedido da Conselheira Mª das Graças Magalhães na reunião anterior a cerca dos protocolos junto aos órgãos de fiscalização e controle, devido situação encontrada na nossa rede de saúde, o Setor de Planejamento da SEMUS enviou resposta através do despacho nº 073/2017 e protocolado no CMS dia 08/01/2018 o que foi entregue nas mãos da referida Conselheira. Em relação as diárias de TFD – Tratamento Fora de Domicílio no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), nosso Assessor Jurídico analisou e realmente não podemos interferir pois está na lei, mas podemos enviar uma nota de repúdio ao Ministério da Saúde. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa pede que seja solicitado da SEMUS: relação de todas as diárias pagas e não pagas com seus respectivos valores, referente ao ano de 2017; Lista de medicamentos que vão para os Postos de Saúde de média e alta complexidade e Relação de todas as UBS – Unidades Básicas de Saúde com endereço, horário de funcionamento, relação de seus funcionários concursados ou contratados e o setor que desenvolve suas atividades. A Presidente sugere para que até a próxima reunião ordinária, as Comissões que ainda não tiverem ação inclusive a Comissão de Rede, que se vote novas pessoas para compor a mesma. 5º PONTO PAS – Programação Anual de Saúde do CMS. Esse ponto ficou para ser



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

discutido na reunião extraordinária do dia 16/01/2018 e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

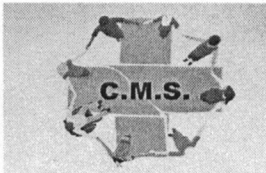
ALBANE FREITAS DE SOUSA
AFONSO GONÇALVES DA MATA
EURAMI REIS PEREIRA
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
ELINE ROCHA ARAÚJO ALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
IOMAR MENDES DE SOUSA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
M^a das GRAÇAS C. de S. MAGALHÃES
M^a DIVINA DA SILVA REIS
M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ
M^a TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
ROSIMAR MELO TELES

Albane Freitas de Sousa

Livia Bustamante

Manoel Alves Pereira

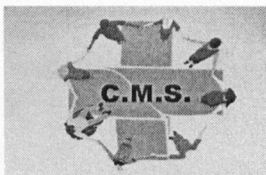
Imperatriz - Ma, 11 de janeiro de 2018.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

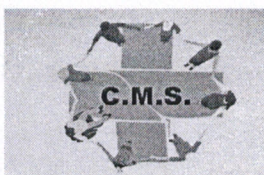
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 17/01/2018.

Às quinze horas, do dia 17 (dezesete), do mês de janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz em sessão extraordinária, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Lívia Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses – Vig. Epidemiológica; 2º PONTO: Utilização de R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais) para reforma das instalações CAPS III e CAPS AD III; 3º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde do CMS e 4º PONTO: Informes da Saúde. Foi justificada a ausência dos Conselheiros: Jurandi Mesquita, Iomar Mendes, Manoel Alves e M^a das Graças C. Magalhães. Iniciou-se a reunião com o 1º **PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses**, onde fez uso da palavra o Sr. Raimundo Nonato Queiroz Santos - Coordenador do Controle dos Vetores, onde apresentou os reajustes nos pontos que foi constatado inconsistências, a própria comissão do CMS esteve reunida com esse objetivo das adequações e foi entregue algumas cópias com as alterações e após colocado em apreciação foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes o Plano de Contingência para Enfrentamento de Epidemia por Arboviroses do município de Imperatriz – Maranhão. 2º **PONTO: Utilização de R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais) advindos da solicitação do decreto de estado de calamidade financeira da saúde realizado por este Conselho de Saúde em reunião extraordinária no dia 14 de fevereiro de 2017 e foi R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) naquela ocasião e agora o restante que faltava para atender a solicitação do CMS que é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) para reforma das instalações CAPS III e CAPS AD III;** 3º **PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde do CMS.** Nesse momento a Sra. Presidente agradeceu a presença da Sra. Zaira Karan de Melo Coordenadora do CAPS AD III



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

e Patrícia dos Santos Silva Queiroz, Enfermeira do CAPS IJ presentes nessa reunião representando a Rede de Saúde Mental. A Assessora de Planejamento da SEMUS, Sra. Isabel Myriam Macedo disse que essa resposta que está trazendo para o Conselho é a mesma que está encaminhando para Promotoria. Conhecemos a necessidade da reforma do CAPS, e ainda há possibilidade de vir recursos. Semana passada teve visita da Vigilância Sanitária e cada passo desse plano de providências está trazendo para o CMS. Quanto à reforma o Ministério da Saúde baixou a portaria 4010, com informações detalhadas sobre o recurso para reforma. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva solicita da Comissão de Acompanhamento da Rede, fazer esse acompanhamento e averiguar o estado inicial do imóvel para quando o projeto for apresentado nesse colegiado, possamos estar a par do parecer da Comissão de Rede e assim votar consciente. A Conselheira Francineide Pereira Alves solicita que seja encaminhado ao Conselho de Saúde em caráter de urgência cópia do ofício enviado ao Ministério Público com a justificativa das remoções e transferências dos servidores da saúde lotados na saúde mental. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra reforçando o pedido do Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva quanto a importância da Comissão de Rede estar acompanhando todo o andamento dessa reforma, e solicitam que o projeto seja encaminhado a esse CMS com a maior brevidade. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa disse que esteve no CAPS em 2017 e viu que a necessidade é real, local insalubre, mas que o valor para a reforma é muito alto e que uma reforma tem que ter planilha assinada pelo engenheiro ou arquiteto para ser analisado pelo CMS, como ainda não vimos nada disso, é bom que a Comissão de Rede faça esse acompanhamento. A Sra. Isabel Myriam Macedo informa que deve constar em ata nesse primeiro momento só o valor do recurso de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para reforma das instalações do CAPS III e CAPS AD III, que posteriormente, será apresentado o projeto de reforma para apreciação e aprovação ou rejeição do projeto. **3º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde do CMS.** A Sra. Presidente apresentou a PAS – Programação Anual de Saúde do CMS, lendo cada tópico e no momento foi solicitado a inclusão das ações da Comissão de Divulgação do CMS e da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, que é uma comissão permanente do conselho, e de acordo com a portaria do Conselho Nacional de Saúde afirma que as ações da CISTT devem ser custeadas pelo CMS. A



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol sugere que o Coordenador da CISTT traga suas ações fundamentais de demandas para incluir na PAS do Conselho. Após fazerem tais alterações a PAS foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **4º PONTO: Informes da Saúde. A Sra.** Presidente informa de um fato que deu no seu plantão no CAPS III, muitas roupas sujas por não ter quem fosse buscar, e no final do dia solicitou que o motorista da SEMUS Sr. Sidney fosse levar a roupa na Residência Terapêutica, local onde é lavado as roupas de todos os CAPS. No retorno houve uma intercorrência com o carro devido as fortes chuvas que caíram naquele final de tarde, entrando água no carro, seguido de um problema mecânico, diante disso um dos responsáveis do Setor de Frotas, Sr. Francisco, reclamou com o motorista de forma arbitrária, disse que nessas épocas de chuva não pode sair para fazer qualquer ocorrência sem a permissão dele, daí questiona-se, como vai ficar os serviços da saúde nos dias de chuva? Contudo a presidente coloca que o serviço de saúde não pode ser gerenciado de acordo com os fenômenos da natureza. A Conselheira Francineide Pereira Alves sugere que a Comissão de Ética averigue as ações desse Coordenador e a Conselheira Rosimar Melo Teles pede para que na próxima reunião do CMS o Coordenador Geral da Frota Sr. Francisco seja convidado a se fazer presente para dar algumas explicações sobre tal atitude. O Conselheiro João Carvalho Parrião informa que o pessoal da CISTT e do CEREST deixou de ir para São Luís por falta de passagens e diárias. E como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

FRANCINEIDE ALVES PEREIRA

FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

JOÃO BATISTA SILVA NUNES

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE

LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA

Albane Freitas de Sousa
Ana Cláudia Braga Santos Silva
Francineide Alves
Francisco Neto Ferreira da Silva
Helio Jose Bertoldo da Silva
Joao Batista Silva Nunes
Joao Carvalho Parrião
Livia M^a Dias O. Bustamante
Lucilia do Nascimento Lima



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ

ROSIMAR MELO TELES

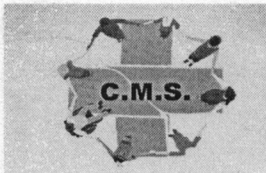
SILVANA LIMA COSTA PITOL

VILMA LÉLIA RIOS DA SILVA

Rosimar Melo Teles

Silvana Lima da Costa Pitol

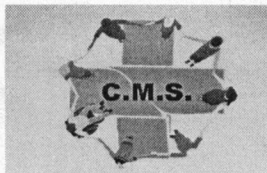
Imperatriz - Ma, 17 de janeiro de 2018.



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

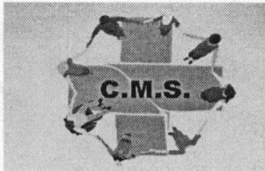
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 11/01/2018.

Às quinze horas, do dia 11 (onze), do mês de janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia M^a Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior; 2º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde do CMS; 3º PONTO: Fluxo de agendamento para Otorrino e Ortopedia; 4º PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses – Vig. Epidemiológica e 5º PONTO: Informes da Saúde. Em seguida colocou em votação o 2º Ponto que trata da PAS – Programação Anual de Saúde do CMS ficasse para ser discutido após os informes, todos foram de acordo. Iniciou-se a reunião com a leitura da Ata da reunião anterior feita pela Conselheira Rosimar Melo Teles que submetida à apreciação, foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 2º PONTO: Fluxo de agendamento para Otorrino e Ortopedia. Com a palavra a Auditora, Sra. Jannefer Lima de Freitas fez uma breve explanação de como está o fluxo de marcações dessas especialidades no Centro de Saúde Três Poderes, onde gerava muitos conflitos por conta da espera. Estão reorganizando essa forma de atendimento, a Atenção Básica foi dividida em 06 (seis) Distritos e realizada capacitação dos profissionais da auditoria para estarem atendendo no SISREG – Sistema de Regulação. Estamos em fase experimental e até o momento não tivemos problemas e está sobrando vagas, só que conforme o acordo feito em reunião com médicos e Promotoria será



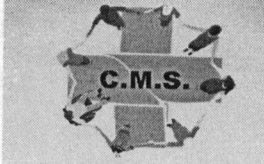
Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

necessário que o usuário venha munido com toda a documentação: xérox do comprovante de residência, cartão SUS e RG. No caso do paciente morar em uma casa que não há os comprovantes de endereço em seu nome, o mesmo deve apresentar espelho do INSS se for aposentado, conta de telefone, carteira assinada, correspondências do correio e outros. Caso não apresente nenhum desses itens será feito um documento de fé pública, onde o usuário assina dizendo que mora no local, e aguarda a visita da Assistente Social para averiguar e é gerado um documento válido por 06 (seis) meses, para que o mesmo não fique desassistido. Com relação a pessoas vindas de outros municípios como de São Miguel -TO que tem o seu recurso, não serão atendidas, pois os recursos são municipalizados para usuários do nosso município. Já no caso de João Lisboa que fez um acordo com Imperatriz através da PPI - Programação Programada e Integrada, que é uma Pactuação para que seus habitantes possam receber seus atendimento. Esse mês foi um teste que se iniciou com as consultas da especialidade de otorrino e ortopedista que está dando certo e nas Unidades de Saúde diminuiu o aglomerado de pessoas, depois vamos estender para as demais consultas de especialidades. A Conselheira Lucília do Nascimento Lima relatou o caso de sua vizinha que veio de Belém, está residindo em Imperatriz, precisou de encaminhamento e como não tinha como comprovar, foi feito esse documento de fé pública e ficaram de visita-los, já faz alguns meses e nunca foram. O Conselheiro João Carvalho Parrião comentou, já que a saúde é um direito de todos, não seria mais fácil que esse cartão funcionasse como cartão de crédito, caindo o recurso no seu município de origem. Após todos os questionamentos dos Conselheiros serem respondidos pela Auditora -Sra. Jannefer Lima de Freitas, a Sra. Presidente do CMS solicita da mesma que conforme for sendo incluído novas especialidades para atendimento, que nos



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

comunique via ofício. **3º PONTO: Plano de Contingência de Arboviroses** – Vig. Epidemiológica. Com a palavra o Sr. Raimundo Nonato Queiroz Santos - Coordenador do Controle dos Vetores, onde fez uma breve explanação dos aspectos epidemiológicos das arboviroses no município e em seguida vários Conselheiros se manifestaram, dentre eles a Conselheira M^a das Graças Carvalho Souza Magalhães dizendo que o plano está cheio de incoerências, não tem licitação e sugere que seja feita a correção e se defina reunião extraordinária para apreciação do mesmo com as devidas correções. O Conselheiro Manoel Alves Pereira sugere que se aprove o Plano com ressalvas, pois a resolução é necessária para liberação de recursos. O Conselheiro Jurandi Mesquita acha que se for aprovado com ressalvas, elas nunca serão corrigidas. A Presidente colocou em votação a proposta da Conselheira M^a das Graças Magalhães de reunião Extraordinária para apreciar o Plano com suas correções e analisar a PAS – Programação Anual de Saúde do CMS, no dia 16 (dezesesseis) do corrente mês. Todos foram de acordo. Ficando definido para dia 15 (segunda – feira), às 14h, os Conselheiros Jurandi Mesquita, Manoel Alves, M^a das Graças Magalhães, Livia Bustamante e o Coordenador do Controle dos Vetores Sr. Raimundo Nonato Queiroz fazer as alterações no **Plano de Contingência de Arboviroses**. **4º PONTO: Informes da Saúde.** A Conselheira M^a das Graças Magalhães informa que a Comissão de Divulgação esteve reunida e decidiram propor ao CMS a inclusão na PAS do CMS, o orçamento para criação de um pequeno jornal, como meio de fazer conhecido dos usuários e demais participantes do sistema através da divulgação de suas ações, bem como das ações da própria SEMUS como forma de maior alcance das informações. Foi protocolado na Secretaria do CMS documento contendo orçamento. Na oportunidade passou às mãos dos Conselheiros um modelo do jornal, que terá o nome de COMSAÚDE propondo



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

edição quinzenal. A proposta será discutida na PAS. A Sra. Presidente sugere a data dos encontros da capacitação do CMS para toda última 5ª feira do mês, às 8h30, tendo apoio da maioria. Com relação ao ofício CMS – nº 137, datado de 05 de dezembro/2017, solicitando uma reunião com o Secretário de Saúde para tratarmos sobre demandas da CISTT e CEREST, ainda estão aguardando o agendamento da referida reunião pela assessora do gabinete Sra. Roberta e reconhece que está havendo uma demora significativa do agendamento. Informa ainda que já enviamos ofício solicitando a contratação do Contador para dar suporte ao CMS em suas comissões, só falta indicar o nome. Em relação ao pedido da Conselheira Mª das Graças Magalhães na reunião anterior a cerca dos protocolos junto aos órgãos de fiscalização e controle, devido situação encontrada na nossa rede de saúde, o Setor de Planejamento da SEMUS enviou resposta através do despacho nº 073/2017 e protocolado no CMS dia 08/01/2018 o que foi entregue nas mãos da referida Conselheira. Em relação as diárias de TFD – Tratamento Fora de Domicílio no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), nosso Assessor Jurídico analisou e realmente não podemos interferir pois está na lei, mas podemos enviar uma nota de repúdio ao Ministério da Saúde. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa pede que seja solicitado da SEMUS: relação de todas as diárias pagas e não pagas com seus respectivos valores, referente ao ano de 2017; Lista de medicamentos que vão para os Postos de Saúde de média e alta complexidade e Relação de todas as UBS – Unidades Básicas de Saúde com endereço, horário de funcionamento, relação de seus funcionários concursados ou contratados e o setor que desenvolve suas atividades. A Presidente sugere para que até a próxima reunião ordinária, as Comissões que ainda não tiverem ação inclusive a Comissão de Rede, que se vote novas pessoas para compor a mesma. 5º PONTO PAS – Programação Anual de Saúde do CMS. Esse ponto ficou para ser



Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão

discutido na reunião extraordinária do dia 16/01/2018 e como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes.

ALBANE FREITAS DE SOUSA
AFONSO GONÇALVES DA MATA
EURAMI REIS PEREIRA
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
ELINE ROCHA ARAÚJO ALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
IOMAR MENDES DE SOUSA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
M^a das GRAÇAS C. de S. MAGALHÃES
M^a DIVINA DA SILVA REIS
M^a RAIMUNDA DE SOUZA ARRAZ
M^a TAMAR TORQUATO C. DE SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
ROSIMAR MELO TELES

Albane Freitas de Sousa

Afonso Gonçalves da Mata

Jurandi Mesquita

Maria Divina da Silva Reis

Maria Raimunda de Souza Arroz

Imperatriz - Ma, 11 de janeiro de 2018.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
– MARANHÃO, em 15/03/2018.

As quatorze horas, do dia 15 (quinze), do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Foi justificada a ausência dos seguintes Conselheiros: Helcia Regina Lima Gonçalves, Maria Divina da Silva Reis e Maria Tamar Torquato Cavalcante Sousa. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: **1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior;** **2º PONTO: Ad Referendo;** **3º PONTO: CISTT / CEREST;** **4º PONTO: Saúde Mental;** **5º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde/2018;** **6º PONTO: Comissão de Fiscalização (Relatório Quadrimestral) e 7º PONTO: Informes da Saúde.** Foram apresentadas as substituições das seguintes entidades: Colônia dos Pescadores Z-29, substituindo o Conselheiro Suplente João Carlos de Sousa por Luiz Gonzaga Correa Neto e Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Maranhão substituindo a Sra. Vilma Lélia Rios da Silva por Samara Lima Ferreira que também fará parte da Comissão de Licitação e Contratos. **1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior,** feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva e em seguida submetida à apreciação, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Hélio Bertoldo informa que em 20 (vinte) dias a Ressonância da UNI RAD vai funcionar. A Presidente do CMS pede para a Comissão de Acompanhamento da Rede fazer esse acompanhamento das Ressonâncias e já deixar agendado essa visita ao referido prestador, a fim de confirmar a existência e funcionamento dos equipamentos em questão e a devida prestação do serviço à população. **2º PONTO: Ad Referendo.** A Presidente do CMS informa que chegou um comunicado em caráter de urgência, solicitando um representante do CMS para fazer parte da Comissão de Investigação de Óbito Materno Infantil, Fetal e de Mulheres, por conta disso informa que foi preciso fazer um Ad Referendum nomeando a Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva que se dispôs a representar o CMS nessa comissão.

Após sua explanação, pergunta à plenária se alguém tem interesse em compor essa Comissão de Óbito Materno Infantil e Fetal ou se aprovam a permanência da Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva. Todos foram de acordo com a permanência da Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva na referida comissão da qual foi indicada, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º PONTO: CEREST/CISTT.** O Conselheiro João Carvalho Parrião, Coordenador da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora de Imperatriz, mais uma vez explana sobre a necessidade do CEREST fazer sua prestação de contas, mas faltam os extratos bancários para tal e lembrando ainda que a situação da Máquina de Audiometria não foi resolvida, pois a mesma não retornou ao município; coloca que todas essas demandas já foram passadas ao Secretário de Saúde - Dr. Alair Firmiano, inclusive sobre a dificuldade deste departamento realizar suas atividade em decorrência do decreto que delimita o pagamento de “diária” apenas para quilometragem a partir de 150 quilômetros o que prejudica a equipe do CEREST / CISTT, pois devido a atuação do programa ser regional e existir municípios dentro dessa pactuação que a distância entre Imperatriz e ele não atingir tal quilometragem, não resguarda esse trabalhador ao recebimento desse valor, ficando a cargo deste as despesas decorrentes de alimentação prejudicando assim, a execução das atividades programadas e pactuadas na CIR – Comissão Intergestora Regional. Hoje alguns trabalhadores se fazem presentes nessa reunião para pedir apoio ao CMS e cobrar uma solução efetiva da SEMUS para sairmos dessa problemática e que sejam disponibilizadas cópias dos contratos e extratos bancários de pagamentos para analisar o que foi gasto. Nesse momento contamos com a presença do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal – Francisco de Assis Ramos e do Secretário Municipal de Saúde – Dr. Alair Batista Firmiano que foram recebidos com aplausos. A Presidente do CMS deu as boas vindas e agradeceu a presença do Sr. Prefeito e Secretário de Saúde e os convida a fazerem parte da mesa. Ao fazer uso da palavra o Prefeito Francisco de Assis Ramos pede desculpas por só agora ter vindo ao Conselho de Saúde, e se coloca a disposição para ajudar no que for possível. Agradece o convite e a acolhida, diz ainda que é preciso fazer alguns ajustes, pois encontramos a situação deveras desqualificada, reconhece as falhas, e diz ter ido hoje à zona rural e já pediu ao Secretário de Saúde, Dr. Alair Firmiano que tome providências com relação à falta de médicos e informa que temos conseguido muitas verbas extraordinárias com o governo federal. O

Conselheiro João Carvalho Parrião retomando sua fala diz que trás essa demanda da CISTT / CEREST para que se ache uma solução e possamos cumprir a agenda proposta. A Coordenadora do CEREST - Sra. Marilene Rodrigues, falou que as viagens para capacitação acontecem várias vezes no mês e além da implantação das CISTT's, temos o acompanhamento da Rede Sentinela e está difícil para o CEREST realizar essas ações sem ajuda de custo. O Sr. Prefeito Francisco de Assis Ramos disse que tudo referente a gastos, deve ser analisado e já que tem esse decreto, não pode dar a resposta de imediato, mas vai cobrar do Dr. Alair Firmiano para que o mesmo veja se tem alguma viabilidade legal e financeira para tal. Fez uso da palavra a Sra. Isabel Myriam Macedo, Assessora de Planejamento, dizendo que esses encaminhamentos relacionados ao CEREST não é de agora, já foi apresentado toda a documentação e gastos para a equipe e no momento da apresentação foi comprovado que não havia o saldo relatado. Disse ainda que: "Temos o entendimento que o CEREST é regional, mas temos que fazer com que esses municípios dêem sua colaboração. Somos uma rede, recebemos R\$ 30.000,00/mês e toda manutenção é feita pela SEMUS e fica difícil Imperatriz fazer todo esse trabalho sem uma contrapartida desses outros municípios". Silvana Lima da Costa Pitol esclareceu à Assessora de Planejamntos e todos os presentes que a Programação Anual de Saúde de 2017, foi realizada utilizando o saldo de recurso do ano de 2016, mais a soma do que entra do recurso do CEREST do ano de 2017, que totalizou no valor de R\$829.000,00 (oitocentos e vinte e nove mil reais), valor da programação anual de saúde de 2017, e se o Setor de Planejamento da SEMUS detectou que não havia esse saldo do ano de 2016, deveria oferecer denúncia ao Ministério Público sobre o desvio da verba e informar por escrito ao Programa Regional de Saúde do Trabalhador – CEREST. Falou ainda, que na gestão ocorreu um desvio de mais de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) da saúde do trabalhador e foi oferecida a denúncia ao Ministério Público e Ministério da Saúde através da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora RENAST, a qual obrigou a gestão a devolver em 24 horas o recurso para a conta de saúde do trabalhador. Relatou ainda que o CEREST passou por auditoria, foi um processo muito sofrido, por isso o programa precisa estar respaldado com toda documentação, para que tão logo identifique possíveis desvios do recurso referente ao ano de 2016 seja tomada as devidas providências, pois como não consta nenhuma documentação no CEREST e em nenhum outro local com relação a isso, o CEREST continua trabalhando com

base na PAS - Programação Anual de Saúde utilizando o saldo do ano de 2016. A Sra. Isabel Myriam Macedo disse que a justificativa não é por acomodação, porque as ações que competem a gestão estão sendo tomadas as providências cabíveis, filtrando de acordo com o decreto e estamos aguardando para ver como vai ficar e acha que os municípios beneficiados com as capacitações do CEREST / CISTT devem colaborar com as ações como contrapartida. A Conselheira Maria das Graças Carvalho de Sousa Magalhães disse que esse decreto é incompatível com as programações do CEREST e precisa encontrar uma solução. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol solicitou da Assessora de Planejamento que seja encaminhado via ofício toda a documentação que comprove que não há o saldo de 2016 em conta do CEREST ou em conta da MAC – Média e Alta Complexidade, pois desde julho de 2014 o recurso do CEREST tem caído dentro da MAC, o que se faz necessário respaldar o CEREST com documentações, assim como as devidas prestações de contas com os extratos de pagamentos bancários e cópias dos processos de pagamentos utilizando o recurso do CEREST. Nesse momento fez uso da palavra a Conselheira Francineide Pereira Alves onde fez uma breve explanação relacionada a reforma do CAPS III e as transferências de vários trabalhadores da rede de saúde mental e da falta de Médicos neste programa e que já havia solicitado por duas vezes através do Conselho de Saúde para que a Coordenadora do Saúde Mental junto com o Secretário de Saúde justificasse a transferência dos trabalhadores com experiência nessa área para outros departamentos além da relação dos funcionários ali lotados com o seu respectivo vínculo que as decisões tomadas pelo conselho de saúde deverão ser encaminhadas para conhecimento do Prefeito, pois todas as demandas passadas pelo trabalhadores em relação a saúde mental não foram resolvidas nem pela gestão nem pelo Conselho. Solicitou também para o Prefeito e Secretário que existe uma demanda dos trabalhadores da Unidade de Saúde da Cafeteira que fizeram um abaixo assinado, com apoio do SINDSAÚDE para que seja colocado naquele Posto de Saúde o nome da trabalhadora MARIA DAS GRAÇAS ^{VIN} que faleceu no mês passado, sendo ela, uma das funcionárias pioneiras no atendimento ao usuário em seu domicílio através do ^{PSF} ~~PACS~~ (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) melhorando e muito a qualidade da assistência à saúde daquela população enquanto trabalhadora do Posto de Saúde da Cafeteira e era moradora desse bairro há muitos anos. O Sr. Prefeito disse que caso a Unidade não tenha o nome definido, já tem seu aval e basta encaminhar o ofício formalizando o pedido. Informa

ainda que a prefeitura está com algumas ações para melhoria da saúde e do atendimento aos munícipes, e está com várias frentes de trabalho, uma no Conjunto Vitória com a construção de uma nova unidade de saúde, a reforma da academia da saúde do Bacuri que já está em fase de acabamento, melhoria da infraestrutura no bairro do Parque Buriti entre outras. Nesse momento a Conselheira Maria das Graças Carvalho Souza Magalhães pergunta a partir de quando será confeccionado o Jornal da Saúde que foi apresentado na PAS do CMS, onde serão divulgadas as ações do CMS e SEMUS. A Presidente do CMS explicou à Conselheira, que a partir da apreciação e aprovação de toda a PAS na plenária deste conselho, é que a comissão de divulgação deve elaborar um projeto descritivo da ação, contendo toda a fundamentação, objetivo, metodologia de implantação e perspectiva do impacto social, realizado esse passo, deve apresentar tal projeto ao setor de planejamento estratégico da SEMUS, a fim de se discutir os meios de efetivação de tal ação. O Secretário de Saúde pede a palavra e responde aos questionamentos em relação ao caso do aparelho de audiometria, dizendo que já foi solucionado e o mesmo retornará para Imperatriz na próxima semana e solicita à Coordenadora do CEREST que envie por escrito todas as dificuldades vivenciadas com relação a suas atividades. O Sr. Francisco Inácio de Sousa representante da CISTT, disse que tem acompanhado a situação do CEREST e observa que esse decreto prejudica em grande parte a realização das atividades do CEREST / CISTT e acha que esse decreto deve ser revogado, pois as pessoas que realizam as ações gastam dinheiro de seu bolso e algumas são carentes a seu exemplo, e pede que o CMS lute para se ter esse direito de volta. O Conselheiro Jurandi Mesquita comenta que a CISTT e o CEREST a cada ano faz o seu planejamento e orçamento de acordo o recurso destinado para tal. E quando solicita o recurso para desenvolver suas atividades é negado, mas quando o processo é de interesse político revogam-se decretos, Leis, Portarias e até artigos da constituição é modificado, e acha que deve ter uma saída, sendo pelo menos disponibilizado meia diária para alimentação no caso dos municípios com quilometragem menor que 150 quilômetro, temos que tomar providências, fiscalizar e denunciar quando necessário, pois o dinheiro cai na conta da Secretaria de Saúde de Imperatriz para realizar o trabalho nos 42 municípios pactuados, o recurso é federal e não é só para desenvolver atividades em Imperatriz. Com a palavra a Conselheira Cláudia Alves de Oliveira Carvalho solicita que seja enviada a relação da documentação que o CEREST deseja via ofício para o Setor de Contabilidade e

Tesouraria e disse que até o momento não tiveram respostas, porque não enviaram a documentação para o local certo. A Sra. Isabel Myriam Macedo discorda dos colegas quando diz que tudo é negado para o CEREST pois, nada é negado sem subsídio, o recurso não é só para viagem, é também para vários outros itens e já recebeu ofícios solicitando diárias e passagens para a mesma equipe com as mesmas pessoas em lugares diferentes ao mesmo tempo, e outro foi para Pernambuco onde iriam apresentar um trabalho sendo que a equipe não tinham nenhum trabalho inscrito.^{4º}

PONTO: Saúde Mental. A Conselheira Francineide Alves Pereira disse que recentemente houve uma demanda de transferência do pessoal da saúde mental e agora está acontecendo novamente e a gestão não se pronunciou e nem respondeu os ofícios encaminhados pelo Conselho. A Conselheira Francineide Alves também falou que se sentiu desrespeitada porque apresentaram o assunto da reforma em um dia e no dia seguinte ficou sabendo pela imprensa que a reforma já estava iniciando, sendo que ficaram de nos trazer o projeto para apreciação do Conselho e respaldar a gestão e o CMS com relação a prestação de contas do recurso, até porque não se trata de um valor pequeno. Outra demanda é com relação ao fechamento do Ambulatório de Saúde Mental e transferência das ações desenvolvidas por ele no Departamento de Atenção Básica, logo agora que o Ministério da Saúde, em dezembro de 2017, emitiu uma portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, criando o dispositivo do Programa do Saúde Mental (ambulatório de saúde mental) e que Imperatriz havia saído à frente de todo o resto do país, criando o ambulatório de saúde mental e agora que saí a portaria regulamentando o serviço, inclusive com recurso para mantê-lo, a gestão resolve fechá-lo, se isso acontecer será um retrocesso e uma grande perda à população de Imperatriz e região. A Sra. Maria Aparecida Alves, Coordenadora da Saúde Mental em resposta aos questionamentos das transferências, disse que recebeu um ofício em nome do Secretário de Saúde e o mesmo foi respondido a ele, e que tudo que acontece na Rede de Saúde Mental como transferências, reformas e outras decisões são tomadas em comum acordo com o Secretário de Saúde. Nesse momento fez uso da palavra o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano dizendo que a saúde mental não estava funcionando e foram detectadas várias irregularidades tais como: funcionário que não trabalhavam, pois não era daqui de Imperatriz, sem contar que tinha funcionário que roubava medicamentos e alimentos, e a alimentação feita para as pessoas que estavam de plantão almoçar, alimentava também pessoas que não tinham nada a ver com o setor,

inclusive alguns que estavam de plantão levavam os filhos/crianças para ali comerem, e disse ainda há justificativa para todos que foram colocados à disposição. Com relação à reforma, pergunta se não podemos fazer isso, pois tudo que fazemos é para melhorar o atendimento e só fica chateado quem não está trabalhando. Temos ainda vários funcionários com a carga horária excedida e a questão dos médicos psiquiatras é em todo o Brasil e aqui tínhamos médicos que nem trabalhavam. Explica que o ambulatório de Saúde Mental não foi fechado, só foi alterada a porta de entrada para a Atenção Básica e que todos os usuários que necessitam desse serviço continuarão a serem atendidos. A Coordenadora, Dra. Maria Aparecida Alves explica que temos na rede 5 (cinco) psiquiatras e 3 (três) médicos clínicos com especialidade em saúde mental. A Conselheira M^a das Graças Carvalho de Sousa Magalhães disse que quando se fala na questão de remanejamento, se as pessoas eram desse porte, tá correto mesmo e concorda com a gestão. A Conselheira Francineide Pereira Alves afirma que o Conselho não é inimigo da gestão e nem faz oposição a política de saúde, e quando fala isso é porque tem a preocupação com relação as prestações de contas da gestão junto ao Conselho, pois para se iniciar uma reforma, é necessário se apresentar o projeto de reforma, pois o valor é alto. A Sra. Isabel Myriam Macedo disse que por conta da emenda que é originária de 2017 e o Decreto Emergencial do CMS nos dá autonomia e poder para agir assim no andamento da reforma, estamos respaldados junto ao Ministério Público, pois esta reforma já estava prevista no Plano anual de Gestão de 2017. A Presidente do CMS pede explicação de como vai funcionar o matriciamento para o serviço de saúde mental. Ressalta que a Atenção Primária é a porta de entrada para todo e qualquer serviço de saúde que não requeira urgência ou emergência no atendimento, ou seja, é para situações eletivas e de baixa complexidade. No entanto, ela é responsável apenas pela população do município de Imperatriz não alcançando os cidadãos de outras localidades. Ressalta também, que o serviço de Saúde mental está enquadrado, possui Pactuação com a CIR – Comissão Intergestora Regional, devendo atender, portanto, à população dos diversos municípios pactuados, e que no caso, não compete à Atenção Primária. Destaca que o médico psiquiatra é especialista e, portanto, também não se encaixa dentro do escopo de responsabilidades da Atenção Primária e questiona como e onde vai se dar o atendimento a esses usuários das outras municipalidades pactuadas. A Sra. Maria Aparecida Alves disse que a porta de entrada do paciente é realmente na Atenção Primária, quanto às pactuações, Imperatriz atende mais pacientes

vizinhos do que de Imperatriz. A Conselheira Silvana Pitol relatou que hoje pela manhã esteve na UBS de Nova Imperatriz e presenciou uma senhora que procurou o posto de saúde para fazer a troca da receita da mãe dela que faz uso de medicação controlada e não tinha o clínico geral para atendê-la, pois os médicos que atendem na unidade de saúde são da ESF – Equipe de Estratégia da Saúde e não atendem demanda espontânea, e o posto de saúde está sem clínico geral desde janeiro de 2018. A paciente saiu sem o atendimento e finalizou dizendo que fica difícil enviar pacientes da saúde mental para os postos de saúde. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto disse que o ambulatório de saúde mental não devia ser fechado, porque muitos pacientes em tratamento ficam com vergonha e constrangidos de procurar a UBS devido a tanto preconceito, por isso seria importante manter o ambulatório de saúde mental. Após todas as discussões a Presidente do CMS afirma que a atenção primária deve assumir o seu papel no que tange ao atendimento a esse público, no entanto através do matriciamento para o encaminhamento adequado desse usuário da Rede da Saúde Mental para a Atenção Básica deve ser de forma ordenada e organizada. Sugere que seja criada uma comissão com o objetivo de estudar as portarias que regulamentam a Atenção Básica e da Saúde Mental, juntamente com o Assessor Jurídico do CMS e após análise da conjuntura atual emitir Parecer sobre o tema. Foi colocada em votação a proposta, que foi aprovada pelos conselheiros presentes e indicados os seguintes Conselheiros para compor a Comissão de Saúde Mental, são eles: Silvana Lima da Costa Pitol, Elizabete Rodrigues Lima Pereira, Manoel Alves Pereira e Luís Gonzaga Correa Neto. Com a palavra o Secretário de Saúde, Dr. Alair Firmiano relatou a suspensão de quase 7 (sete) milhões de reais do HMI, por conta de algumas irregularidades com relação aos leitos de UTI e entregou à Presidente do CMS para conhecimentos dos Conselheiros, cópia do Relatório das Ações que já foi feita para se estar cumprindo com o combinado e a gestão está trabalhando muito para não ter que devolver esse dinheiro. Disse ainda, que hoje o HMI conta com 24 leitos funcionando, sendo: 20 (vinte) na UTI, 2 (dois) na semi intensiva e 2 (dois) no bloco cirúrgico e que os leitos de UTI do HMI – Hospital Municipal de Imperatriz, estão todos funcionando com respiradores, mas não é suficiente, pois o estado desabilitou seus leitos de UTI e com isso teve a sobrecarga do HMI e hoje ficamos com pacientes usando leitos de UTI do bloco cirúrgico, o que dificulta o trabalho. Diante do exposto solicita ao CMS que faça um documento para o ministério público cobrando do Estado a sua responsabilidade com relação a

habilitação dos leitos de UTI, pois imperatriz é alta complexidade. Falou ainda que considera o Conselho como aliado e com relação ao CEREST/CISTT pede para eles fazerem um orçamento do que gastam durante o mês com essas viagens com menos de 150 quilômetros, pois quer facilitar para que as coisas se ajustem e quanto ao lanche das reuniões do CMS, está aguardando licitação. Após todas as discussões, foi apreciado por este Conselho com base no procedimento administrativo nº 030/2017 – 5º PJE – SIMP 005059-253/2017 onde solicitamos que sejam tomadas as devidas providências com relação aos leitos de UTI suspensos, o que vem ocasionando transtornos para o município de Imperatriz – Ma. Aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes. **5º PONTO – PAS – Programação Anual de Saúde da SEMUS 2018.** Com a palavra a Sr. Isabel Myriam Macedo, Assessora de Planejamento que fez uma breve explanação, disse que já conseguiram fazer uma programação mais próxima da nossa realidade e fomos consolidando os departamentos. As ações de deslocamento do Secretário de Saúde estão dentro das ações do gabinete. A PAS – Programação Anual de Saúde é que vai subsidiar os próximos quadrimestres. Vamos consolidar o Relatório Quadrimestral que já está dentro da plataforma do SARGSUS e já foi encaminhado para conhecimento do CMS. Após todas as suas explanações e como na reunião anterior já havíamos abordado esse tema, a Sra. Presidente colocou em votação a PAS – Programação Anual de Saúde/2018, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **6º PONTO: Comissão de Fiscalização (Relatório Quadrimestral).** Vários Conselheiros fizeram uso da palavra solicitando que no Relatório Quadrimestral seja apontado as ações realizadas dentro da Programação Anual de Saúde - PAS, para facilitar o acompanhamento dessas ações. **7º PONTO: Informe da Saúde.** A Senhora Isabel Myriam Macedo, informa que vai normatizar o TFD – Tratamento Fora de Domicílio de acordo amparo legal da legislação. Falou também de sua alegria em fazer parte da equipe da CGU como palestrante. Informa que haverá a abertura da capacitação dos Conselheiros com a presença dos palestrantes da CGU. Esse pontapé inicial com a CGU e depois voltaremos para o módulo que havíamos programado o início. A Presidente do CMS informa da necessidade de apresentação de nomes de Conselheiros para participarem da 21ª. Plenária Nacional de **Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares**, que será realizada nos dias 04 e 05 de abril de 2018, em Brasília/DF, como atividade preparatória da 16ª. Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) com o tema “*Democracia e Saúde: Saúde*

como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS". Foram indicados os seguintes nomes: Prestador/Gestor – Rosemar Melo Teles; Trabalhador – Livia Dias Oliveira Bustamante e Usuários: Jurandi Mesquita, Albane Freitas de Sousa, Acilea Santos Nascimento Pereira e o nome da Secretária do CMS Eldinar Abade para estar ajudando nos relatórios. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Ma, 15 de março de 2018,

ACILEA SANTOS N. PEREIRA

ALBANE FREITAS DE SOUSA

RENATA HERNANDES LEAL

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

CLÁUDIA ALVES OLIVEIRA CARVALHO

JOÃO BATISTA SILVA NUNES

ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES

FRANCINEIDE PEREIRA ALVES

EURAMI REIS PEREIRA

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA

JURANDI MESQUITA

LÍVIA M^a DIAS O. BUSTAMANTE

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

M^a das GRAÇAS C. SOUZA MAGALHÃES

M^a RAIMUNDA SOUSA ARRAZ

MANOEL ALVES PEREIRA

ROSIMAR MELO TELES

RUI ALVES MACEDO

SILVANA LIMA DA COSTA PITOL

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO

Acilea Santos N. Pereira
Albane Freitas de Sousa

Ana Claudia Braga Santos Silva
Cláudia Alves Oliveira Carvalho

João Batista S. Nunes
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves

Eurami Reis Pereira
Hélio José Bertoldo da Silva

Jurandi Mesquita

Livia Bustamante

João Carvalho Parrião

Maria Raimunda S. Arraz

Manoel Alves Pereira

Rosimar Melo Teles
Rui Alves Macedo

Silvana Lima da Costa Pitol
Antonio Rodrigues da Silva Filho

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
– MARANHÃO, em 15/03/2018.

As quatorze horas, do dia 15 (quinze), do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Livia Dias Oliveira Bustamante, Presidente do CMS, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Foi justificada a ausência dos seguintes Conselheiros: Helcia Regina Lima Gonçalves, Maria Divina da Silva Reis e Maria Tamar Torquato Cavalcante Sousa. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: **1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior;** **2º PONTO: Ad Referendo;** **3º PONTO: CISTT / CEREST;** **4º PONTO: Saúde Mental;** **5º PONTO: PAS – Programação Anual de Saúde/2018;** **6º PONTO: Comissão de Fiscalização (Relatório Quadrimestral) e 7º PONTO: Informes da Saúde.** Foram apresentadas as substituições das seguintes entidades: Colônia dos Pescadores Z-29, substituindo o Conselheiro Suplente João Carlos de Sousa por Luiz Gonzaga Correa Neto e Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Maranhão substituindo a Sra. Vilma Lélia Rios da Silva por Samara Lima Ferreira que também fará parte da Comissão de Licitação e Contratos. **1º PONTO: Leitura de Ata da reunião anterior,** feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva e em seguida submetida à apreciação, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Hélio Bertoldo informa que em 20 (vinte) dias a Ressonância da UNI RAD vai funcionar. A Presidente do CMS pede para a Comissão de Acompanhamento da Rede fazer esse acompanhamento das Ressonâncias e já deixar agendado essa visita ao referido prestador, a fim de confirmar a existência e funcionamento dos equipamentos em questão e a devida prestação do serviço à população. **2º PONTO: Ad Referendo.** A Presidente do CMS informa que chegou um comunicado em caráter de urgência, solicitando um representante do CMS para fazer parte da Comissão de Investigação de Óbito Materno Infantil, Fetal e de Mulheres, por conta disso informa que foi preciso fazer um Ad Referendum nomeando a Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva que se dispôs a representar o CMS nessa comissão.

Após sua explanação, pergunta à plenária se alguém tem interesse em compor essa Comissão de Óbito Materno Infantil e Fetal ou se aprovam a permanência da Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva. Todos foram de acordo com a permanência da Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva na referida comissão da qual foi indicada, o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. **3º PONTO: CEREST/CISTT.** O Conselheiro João Carvalho Parrião, Coordenador da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora de Imperatriz, mais uma vez explana sobre a necessidade do CEREST fazer sua prestação de contas, mas faltam os extratos bancários para tal e lembrando ainda que a situação da Máquina de Audiometria não foi resolvida, pois a mesma não retornou ao município; coloca que todas essas demandas já foram passadas ao Secretário de Saúde - Dr. Alair Firmiano, inclusive sobre a dificuldade deste departamento realizar suas atividade em decorrência do decreto que delimita o pagamento de “diária” apenas para quilometragem a partir de 150 quilômetros o que prejudica a equipe do CEREST / CISTT, pois devido a atuação do programa ser regional e existir municípios dentro dessa pactuação que a distância entre Imperatriz e ele não atingir tal quilometragem, não resguarda esse trabalhador ao recebimento desse valor, ficando a cargo deste as despesas decorrentes de alimentação prejudicando assim, a execução das atividades programadas e pactuadas na CIR – Comissão Intergestora Regional. Hoje alguns trabalhadores se fazem presentes nessa reunião para pedir apoio ao CMS e cobrar uma solução efetiva da SEMUS para sairmos dessa problemática e que sejam disponibilizadas cópias dos contratos e extratos bancários de pagamentos para analisar o que foi gasto. Nesse momento contamos com a presença do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal – Francisco de Assis Ramos e do Secretário Municipal de Saúde – Dr. Alair Batista Firmiano que foram recebidos com aplausos. A Presidente do CMS deu as boas vindas e agradeceu a presença do Sr. Prefeito e Secretário de Saúde e os convida a fazerem parte da mesa. Ao fazer uso da palavra o Prefeito Francisco de Assis Ramos pede desculpas por só agora ter vindo ao Conselho de Saúde, e se coloca a disposição para ajudar no que for possível. Agradece o convite e a acolhida, diz ainda que é preciso fazer alguns ajustes, pois encontramos a situação deveras desqualificada, reconhece as falhas, e diz ter ido hoje à zona rural e já pediu ao Secretário de Saúde, Dr. Alair Firmiano que tome providências com relação à falta de médicos e informa que temos conseguido muitas verbas extraordinárias com o governo federal. O

Conselheiro João Carvalho Parrião retomando sua fala diz que trás essa demanda da CISTT / CEREST para que se ache uma solução e possamos cumprir a agenda proposta. A Coordenadora do CEREST - Sra. Marilene Rodrigues, falou que as viagens para capacitação acontecem várias vezes no mês e além da implantação das CISTT's, temos o acompanhamento da Rede Sentinela e está difícil para o CEREST realizar essas ações sem ajuda de custo. O Sr. Prefeito Francisco de Assis Ramos disse que tudo referente a gastos, deve ser analisado e já que tem esse decreto, não pode dar a resposta de imediato, mas vai cobrar do Dr. Alair Firmiano para que o mesmo veja se tem alguma viabilidade legal e financeira para tal. Fez uso da palavra a Sra. Isabel Myriam Macedo, Assessora de Planejamento, dizendo que esses encaminhamentos relacionados ao CEREST não é de agora, já foi apresentado toda a documentação e gastos para a equipe e no momento da apresentação foi comprovado que não havia o saldo relatado. Disse ainda que: "Temos o entendimento que o CEREST é regional, mas temos que fazer com que esses municípios dêem sua colaboração. Somos uma rede, recebemos R\$ 30.000,00/mês e toda manutenção é feita pela SEMUS e fica difícil Imperatriz fazer todo esse trabalho sem uma contrapartida desse outros municípios". Silvana Lima da Costa Pitol esclareceu à Assessora de Planejamntos e todos os presentes que a Programação Anual de Saúde de 2017, foi realizada utilizando o saldo de recurso do ano de 2016, mais a soma do que entra do recurso do CEREST do ano de 2017, que totalizou no valor de R\$829.000,00 (oitocentos e vinte e nove mil reais), valor da programação anual de saúde de 2017, e se o Setor de Planejamento da SEMUS detectou que não havia esse saldo do ano de 2016, deveria oferecer denúncia ao Ministério Público sobre o desvio da verba e informar por escrito ao Programa Regional de Saúde do Trabalhador – CEREST. Falou ainda, que na gestão ocorreu um desvio de mais de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) da saúde do trabalhador e foi oferecida a denúncia ao Ministério Público e Ministério da Saúde através da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora RENAST, a qual obrigou a gestão a devolver em 24 horas o recurso para a conta de saúde do trabalhador. Relatou ainda que o CEREST passou por auditoria, foi um processo muito sofrido, por isso o programa precisa estar respaldado com toda documentação, para que tão logo identifique possíveis desvios do recurso referente ao ano de 2016 seja tomada as devidas providências, pois como não consta nenhuma documentação no CEREST e em nenhum outro local com relação a isso, o CEREST continua trabalhando com

base na PAS - Programação Anual de Saúde utilizando o saldo do ano de 2016. A Sra. Isabel Myriam Macedo disse que a justificativa não é por acomodação, porque as ações que competem a gestão estão sendo tomadas as providências cabíveis, filtrando de acordo com o decreto e estamos aguardando para ver como vai ficar e acha que os municípios beneficiados com as capacitações do CEREST / CISTT devem colaborar com as ações como contrapartida. A Conselheira Maria das Graças Carvalho de Sousa Magalhães disse que esse decreto é incompatível com as programações do CEREST e precisa encontrar uma solução. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol solicitou da Assessora de Planejamento que seja encaminhado via ofício toda a documentação que comprove que não há o saldo de 2016 em conta do CEREST ou em conta da MAC – Média e Alta Complexidade, pois desde julho de 2014 o recurso do CEREST tem caído dentro da MAC, o que se faz necessário respaldar o CEREST com documentações, assim como as devidas prestações de contas com os extratos de pagamentos bancários e cópias dos processos de pagamentos utilizando o recurso do CEREST. Nesse momento fez uso da palavra a Conselheira Francineide Pereira Alves onde fez uma breve explanação relacionada a reforma do CAPS III e as transferências de vários trabalhadores da rede de saúde mental e da falta de Médicos neste programa e que já havia solicitado por duas vezes através do Conselho de Saúde para que a Coordenadora do Saúde Mental junto com o Secretário de Saúde justificasse a transferência dos trabalhadores com experiência nessa área para outros departamentos além da relação dos funcionários ali lotados com o seu respectivo vínculo que as decisões tomadas pelo conselho de saúde deverão ser encaminhadas para conhecimento do Prefeito, pois todas as demandas passadas pelo trabalhadores em relação a saúde mental não foram resolvidas nem pela gestão nem pelo Conselho. Solicitou também para o Prefeito e Secretário que existe uma demanda dos trabalhadores da Unidade de Saúde da Cafeteira que fizeram um abaixo assinado, com apoio do SINDSAÚDE para que seja colocado naquele Posto de Saúde o nome da trabalhadora MARIA DAS GRAÇAS ^{VIVX} que faleceu no mês passado, sendo ela, uma das funcionárias pioneiras no atendimento ao usuário em seu domicílio através do ~~PACS~~ ^{PACS} (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) melhorando e muito a qualidade da assistência à saúde daquela população enquanto trabalhadora do Posto de Saúde da Cafeteira e era moradora desse bairro há muitos anos. O Sr. Prefeito disse que caso a Unidade não tenha o nome definido, já tem seu aval e basta encaminhar o ofício formalizando o pedido. Informa

ainda que a prefeitura está com algumas ações para melhoria da saúde e do atendimento aos munícipes, e está com várias frentes de trabalho, uma no Conjunto Vitória com a construção de uma nova unidade de saúde, a reforma da academia da saúde do Bacuri que já está em fase de acabamento, melhoria da infraestrutura no bairro do Parque Buriti entre outras. Nesse momento a Conselheira Maria das Graças Carvalho Souza Magalhães pergunta a partir de quando será confeccionado o Jornal da Saúde que foi apresentado na PAS do CMS, onde serão divulgadas as ações do CMS e SEMUS. A Presidente do CMS explicou à Conselheira, que a partir da apreciação e aprovação de toda a PAS na plenária deste conselho, é que a comissão de divulgação deve elaborar um projeto descritivo da ação, contendo toda a fundamentação, objetivo, metodologia de implantação e perspectiva do impacto social, realizado esse passo, deve apresentar tal projeto ao setor de planejamento estratégico da SEMUS, a fim de se discutir os meios de efetivação de tal ação. O Secretário de Saúde pede a palavra e responde aos questionamentos em relação ao caso do aparelho de audiometria, dizendo que já foi solucionado e o mesmo retornará para Imperatriz na próxima semana e solicita à Coordenadora do CEREST que envie por escrito todas as dificuldades vivenciadas com relação a suas atividades. O Sr. Francisco Inácio de Sousa representante da CISTT, disse que tem acompanhado a situação do CEREST e observa que esse decreto prejudica em grande parte a realização das atividades do CEREST / CISTT e acha que esse decreto deve ser revogado, pois as pessoas que realizam as ações gastam dinheiro de seu bolso e algumas são carentes a seu exemplo, e pede que o CMS lute para se ter esse direito de volta. O Conselheiro Jurandi Mesquita comenta que a CISTT e o CEREST a cada ano faz o seu planejamento e orçamento de acordo o recurso destinado para tal. E quando solicita o recurso para desenvolver suas atividades é negado, mas quando o processo é de interesse político revogam-se decretos, Leis, Portarias e até artigos da constituição é modificado, e acha que deve ter uma saída, sendo pelo menos disponibilizado meia diária para alimentação no caso dos municípios com quilometragem menor que 150 quilômetro, temos que tomar providências, fiscalizar e denunciar quando necessário, pois o dinheiro cai na conta da Secretaria de Saúde de Imperatriz para realizar o trabalho nos 42 municípios pactuados, o recurso é federal e não é só para desenvolver atividades em Imperatriz. Com a palavra a Conselheira Cláudia Alves de Oliveira Carvalho solicita que seja enviada a relação da documentação que o CEREST deseja via ofício para o Setor de Contabilidade e

Tesouraria e disse que até o momento não tiveram respostas, porque não enviaram a documentação para o local certo. A Sra. Isabel Myriam Macedo discorda dos colegas quando diz que tudo é negado para o CEREST pois, nada é negado sem subsídio, o recurso não é só para viagem, é também para vários outros itens e já recebeu ofícios solicitando diárias e passagens para a mesma equipe com as mesmas pessoas em lugares diferentes ao mesmo tempo, e outro foi para Pernambuco onde iriam apresentar um trabalho sendo que a equipe não tinham nenhum trabalho inscrito.^{4º}

PONTO: Saúde Mental. A Conselheira Francineide Alves Pereira disse que recentemente houve uma demanda de transferência do pessoal da saúde mental e agora está acontecendo novamente e a gestão não se pronunciou e nem respondeu os ofícios encaminhados pelo Conselho. A Conselheira Francineide Alves também falou que se sentiu desrespeitada porque apresentaram o assunto da reforma em um dia e no dia seguinte ficou sabendo pela imprensa que a reforma já estava iniciando, sendo que ficaram de nos trazer o projeto para apreciação do Conselho e respaldar a gestão e o CMS com relação a prestação de contas do recurso, até porque não se trata de um valor pequeno. Outra demanda é com relação ao fechamento do Ambulatório de Saúde Mental e transferência das ações desenvolvidas por ele no Departamento de Atenção Básica, logo agora que o Ministério da Saúde, em dezembro de 2017, emitiu uma portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, criando o dispositivo do Programa do Saúde Mental (ambulatório de saúde mental) e que Imperatriz havia saído à frente de todo o resto do país, criando o ambulatório de saúde mental e agora que sai a portaria regulamentando o serviço, inclusive com recurso para mantê-lo, a gestão resolve fechá-lo, se isso acontecer será um retrocesso e uma grande perda à população de Imperatriz e região. A Sra. Maria Aparecida Alves, Coordenadora da Saúde Mental em resposta aos questionamentos das transferências, disse que recebeu um ofício em nome do Secretário de Saúde e o mesmo foi respondido a ele, e que tudo que acontece na Rede de Saúde Mental como transferências, reformas e outras decisões são tomadas em comum acordo com o Secretário de Saúde. Nesse momento fez uso da palavra o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano dizendo que a saúde mental não estava funcionando e foram detectadas várias irregularidades tais como: funcionário que não trabalhavam, pois não era daqui de Imperatriz, sem contar que tinha funcionário que roubava medicamentos e alimentos, e a alimentação feita para as pessoas que estavam de plantão almoçar, alimentava também pessoas que não tinham nada a ver com o setor,

inclusive alguns que estavam de plantão levavam os filhos/crianças para ali comerem, e disse ainda há justificativa para todos que foram colocados à disposição. Com relação à reforma, pergunta se não podemos fazer isso, pois tudo que fazemos é para melhorar o atendimento e só fica chateado quem não está trabalhando. Temos ainda vários funcionários com a carga horária excedida e a questão dos médicos psiquiatras é em todo o Brasil e aqui tínhamos médicos que nem trabalhavam. Explica que o ambulatório de Saúde Mental não foi fechado, só foi alterada a porta de entrada para a Atenção Básica e que todos os usuários que necessitam desse serviço continuarão a serem atendidos. A Coordenadora, Dra. Maria Aparecida Alves explica que temos na rede 5 (cinco) psiquiatras e 3 (três) médicos clínicos com especialidade em saúde mental. A Conselheira M^a das Graças Carvalho de Sousa Magalhães disse que quando se fala na questão de remanejamento, se as pessoas eram desse porte, tá correto mesmo e concorda com a gestão. A Conselheira Francineide Pereira Alves afirma que o Conselho não é inimigo da gestão e nem faz oposição a política de saúde, e quando fala isso é porque tem a preocupação com relação as prestações de contas da gestão junto ao Conselho, pois para se iniciar uma reforma, é necessário se apresentar o projeto de reforma, pois o valor é alto. A Sra. Isabel Myriam Macedo disse que por conta da emenda que é originária de 2017 e o Decreto Emergencial do CMS nos dá autonomia e poder para agir assim no andamento da reforma, estamos respaldados junto ao Ministério Público, pois esta reforma já estava prevista no Plano anual de Gestão de 2017. A Presidente do CMS pede explicação de como vai funcionar o matriciamento para o serviço de saúde mental. Ressalta que a Atenção Primária é a porta de entrada para todo e qualquer serviço de saúde que não requeira urgência ou emergência no atendimento, ou seja, é para situações eletivas e de baixa complexidade. No entanto, ela é responsável apenas pela população do município de Imperatriz não alcançando os cidadãos de outras localidades. Ressalta também, que o serviço de Saúde mental está enquadrado, possui Pactuação com a CIR – Comissão Intergestora Regional, devendo atender, portanto, à população dos diversos municípios pactuados, e que no caso, não compete à Atenção Primária. Destaca que o médico psiquiatra é especialista e, portanto, também não se encaixa dentro do escopo de responsabilidades da Atenção Primária e questiona como e onde vai se dar o atendimento a esses usuários das outras municipalidades pactuadas. A Sra. Maria Aparecida Alves disse que a porta de entrada do paciente é realmente na Atenção Primária, quanto às pactuações, Imperatriz atende mais pacientes

vizinhos do que de Imperatriz. A Conselheira Silvana Pitol relatou que hoje pela manhã esteve na UBS de Nova Imperatriz e presenciou uma senhora que procurou o posto de saúde para fazer a troca da receita da mãe dela que faz uso de medicação controlada e não tinha o clínico geral para atendê-la, pois os médicos que atendem na unidade de saúde são da ESF – Equipe de Estratégia da Saúde e não atendem demanda espontânea, e o posto de saúde está sem clínico geral desde janeiro de 2018. A paciente saiu sem o atendimento e finalizou dizendo que fica difícil enviar pacientes da saúde mental para os postos de saúde. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto disse que o ambulatório de saúde mental não devia ser fechado, porque muitos pacientes em tratamento ficam com vergonha e constrangidos de procurar a UBS devido a tanto preconceito, por isso seria importante manter o ambulatório de saúde mental. Após todas as discussões a Presidente do CMS afirma que a atenção primária deve assumir o seu papel no que tange ao atendimento a esse público, no entanto através do matriciamento para o encaminhamento adequado desse usuário da Rede da Saúde Mental para a Atenção Básica deve ser de forma ordenada e organizada. Sugere que seja criada uma comissão com o objetivo de estudar as portarias que regulamentam a Atenção Básica e da Saúde Mental, juntamente com o Assessor Jurídico do CMS e após análise da conjuntura atual emitir Parecer sobre o tema. Foi colocada em votação a proposta, que foi aprovada pelos conselheiros presentes e indicados os seguintes Conselheiros para compor a Comissão de Saúde Mental, são eles: Silvana Lima da Costa Pitol, Elizabete Rodrigues Lima Pereira, Manoel Alves Pereira e Luís Gonzaga Correa Neto. Com a palavra o Secretário de Saúde, Dr. Alair Firmiano relatou a suspensão de quase 7 (sete) milhões de reais do HMI, por conta de algumas irregularidades com relação aos leitos de UTI e entregou a Presidente do CMS para conhecimentos dos Conselheiros, cópia do Relatório das Ações que já foi feita para se estar cumprindo com o combinado e a gestão está trabalhando muito para não ter que devolver esse dinheiro. Disse ainda, que hoje o HMI conta com 24 leitos funcionando, sendo: 20 (vinte) na UTI, 2 (dois) na semi intensiva e 2 (dois) no bloco cirúrgico e que os leitos de UTI do HMI – Hospital Municipal de Imperatriz, estão todos funcionando com respiradores, mas não é suficiente, pois o estado desabilitou seus leitos de UTI e com isso teve a sobrecarga do HMI e hoje ficamos com pacientes usando leitos de UTI do bloco cirúrgico, o que dificulta o trabalho. Diante do exposto solicita ao CMS que faça um documento para o ministério público cobrando do Estado a sua responsabilidade com relação a

habilitação dos leitos de UTI, pois imperatriz é alta complexidade. Falou ainda que considera o Conselho como aliado e com relação ao CEREST/CISTT pede para eles fazerem um orçamento do que gastam durante o mês com essas viagens com menos de 150 quilômetros, pois quer facilitar para que as coisas se ajustem e quanto ao lanche das reuniões do CMS, está aguardando licitação. Após todas as discussões, foi apreciado por este Conselho com base no procedimento administrativo nº 030/2017 – 5º PJE – SIMP 005059-253/2017 onde solicitamos que sejam tomadas as devidas providências com relação aos leitos de UTI suspensos, o que vem ocasionando transtornos para o município de Imperatriz – Ma. Aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes. **5º PONTO – PAS – Programação Anual de Saúde da SEMUS 2018.** Com a palavra a Sr. Isabel Myriam Macedo, Assessora de Planejamento que fez uma breve explanação, disse que já conseguiram fazer uma programação mais próxima da nossa realidade e fomos consolidando os departamentos. As ações de deslocamento do Secretário de Saúde estão dentro das ações do gabinete. A PAS – Programação Anual de Saúde é que vai subsidiar os próximos quadrimestres. Vamos consolidar o Relatório Quadrimestral que já está dentro da plataforma do SARGSUS e já foi encaminhado para conhecimento do CMS. Após todas as suas explanações e como na reunião anterior já havíamos abordado esse tema, a Sra. Presidente colocou em votação a PAS – Programação Anual de Saúde/2018, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **6º PONTO: Comissão de Fiscalização (Relatório Quadrimestral).** Vários Conselheiros fizeram uso da palavra solicitando que no Relatório Quadrimestral seja apontado as ações realizadas dentro da Programação Anual de Saúde - PAS, para facilitar o acompanhamento dessas ações. **7º PONTO: Informe da Saúde.** A Senhora Isabel Myriam Macedo, informa que vai normatizar o TFD – Tratamento Fora de Domicílio de acordo amparo legal da legislação. Falou também de sua alegria em fazer parte da equipe da CGU como palestrante. Informa que haverá a abertura da capacitação dos Conselheiros com a presença dos palestrantes da CGU. Esse pontapé inicial com a CGU e depois voltaremos para o módulo que havíamos programado o início. A Presidente do CMS informa da necessidade de apresentação de nomes de Conselheiros para participarem da 21ª. Plenária Nacional de **Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares**, que será realizada nos dias 04 e 05 de abril de 2018, em Brasília/DF, como atividade preparatória da 16ª. Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) com o tema “Democracia e Saúde: Saúde

como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS". Foram indicados os seguintes nomes: Prestador/Gestor – Rosemar Melo Teles; Trabalhador – Livia Dias Oliveira Bustamante e Usuários: Jurandi Mesquita, Albane Freitas de Sousa, Acilea Santos Nascimento Pereira e o nome da Secretária do CMS Eldinar Abade para estar ajudando nos relatórios. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Ma, 15 de março de 2018,

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
 ALBANE FREITAS DE SOUSA
 RENATA HERNANDES LEAL
 ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
 CLÁUDIA ALVES OLIVEIRA CARVALHO
 JOÃO BATISTA SILVA NUNES
 ERCY Mª DO NASCIMENTO CHAVES
 FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
 EURAMI REIS PEREIRA
 HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
 ISABEL CRISTINA LEAL DA SILVA
 JURANDI MESQUITA
 LÍVIA Mª DIAS O. BUSTAMANTE
 JOÃO CARVALHO PARRIÃO
 Mª das GRAÇAS C. SOUZA MAGALHÃES
 Mª RAIMUNDA SOUSA ARRAZ
 MANOEL ALVES PEREIRA
 ROSIMAR MELO TELES
 RUI ALVES MACEDO
 SILVANA LIMA DA COSTA PITOL
 ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO

Acilea Santos N. Pereira
Albane Freitas de Sousa

Ana Claudia Braga Santos Silva
Claudia A. O. Oliveira

João Batista S. Nunes
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves

Eurami Reis Pereira

Hélio José Bertoldo da Silva

Isabel Cristina Leal da Silva

Jurandi Mesquita

Livia Mª Dias O. Bustamante

João Carvalho Parrião

Mª das Graças C. Souza Magalhães

Mª Raimunda Sousa Arraz

Manoel Alves Pereira

Rosimar Melo Teles

Rui Alves Macedo

Silvana Lima da Costa Pitol

Antonio Rodrigues da Silva Filho

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
– MARANHÃO, em 12/04/2018.

Às quatorze horas, do dia 12 (doze), do mês de abril do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Ana Cláudia Braga Santos Silva, Vice - Presidente do CMS, justificou a ausência da Presidente do CMS – Livia D. Oliveira Bustamante e declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Foi justificada a ausência da Conselheira Silvana Pitol e Hércia Regina Lima Gonçalves. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: **1º PONTO:** Leitura da Ata da reunião anterior; **2º PONTO:** RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017; **3º PONTO:** TFD – Normas Internas para Funcionamento do TFD Municipal; **4º PONTO:** Informes da Saúde. Iniciou-se com o **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, em seguida submetida à apreciação, sendo aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Conselheiro Manoel Alves Pereira fez a devolutiva sobre a Comissão que está analisando a transição do ambulatório do Saúde Mental para Atenção Básica, onde estiveram reunidos na sala do CMS e solicitaram a presença do Sr. Linhares, Especialista em Saúde Mental do CAPS, ele nos atendeu prontamente e esteve norteando sobre o atendimento do ambulatório. Enviamos documento para a Coordenadora da Saúde Mental, Dra. Maria Aparecida Alves e para o Ambulatório de Saúde Mental, solicitando levantamento quantitativo de pacientes atendidos pelo ambulatório de Saúde Mental de Imperatriz, assim como o número de pacientes atendidos de outros municípios dos últimos 06 (seis) meses de 2017, conforme Pactuação da CIR e estamos aguardando resposta. Em seguida a Vice Presidente do CMS, colocou em votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017.** Foi entregue cópia aos conselheiros do Relatório de Fiscalização realizada pela Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros que dá parecer favorável e opina pela aprovação do Relatório do Terceiro Quadrimestre do ano de 2017, apresentado pela

SEMUS. A Relatora da Comissão de Fiscalização, Conselheira Cláudia Alves de Oliveira Carvalho fez a leitura do Relatório. Com a palavra a Conselheira e membro da Comissão de Fiscalização, Francineide Pereira Alves disse que nas reuniões da Comissão de Fiscalização onde fora convocada e que compareceu, não aconteceu por falta de quórum, achou muito genérico o relatório, mesmo sem quórum analisaram algumas pastas, que foram devolvidas para serem corrigidas as inconsistências e acha um absurdo se votar um relatório sem nenhuma ressalva. Pois o próprio Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado já encontraram inchaço na folha de pagamento e já notificou o município para fazer regularização da folha, Agora mesmo o Ministério Público mandou demitir dezenas de cargos comissionados com salários exorbitantes e as ressalvas do relatório passado não foram cumpridas e devem constar no relatório atual. Disse ainda que no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz está faltando tudo por falta de licitação, que o Hospital está superlotado com pacientes em fila dupla de macas no corredor. A Conselheira Cláudia Alves de O. Carvalho disse que o Relatório do SAMU realmente estava todos em desconcreto em comparação com os processos que foram entregues à Coordenação. Em outro momento sentou junto com a Coordenação do SAMU e demais membros da Comissão e conferiram todos os processos, então o Coordenador do SAMU refez os relatórios. O Conselheiro Manoel Alves Pereira, Presidente da Comissão de Fiscalização disse que todos os membros da comissão foram convidados para as reuniões, sabe que todos têm seus compromissos, mas também assumiu uma responsabilidade com a comissão enquanto conselheiro. Com relação ao RAG- Relatório Anual de Gestão foram várias reuniões onde nos debruçamos olhando e registrando tudo, portanto sugere a apreciação do mesmo, sem contar que o convite é feito em geral para todos os conselheiros que quiserem participar dessas reuniões. Nesse momento o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pergunta aos membros da Comissão de Fiscalização presentes nessa reunião, quantos aprovam o teor do relatório feito por eles. Dos 08 (oito) membros presentes, 06 (seis) aprovam o relatório e a Conselheira Francineide Pereira Alves se abstém por não estar presente na feitura do relatório e achar o mesmo muito genérico. A Conselheira Lucília Nascimento Lima disse que vota favorável e assinará o relatório mesmo não estando nas reuniões da comissão, por respeito aos colegas que vieram e fizeram o relatório. A Conselheira M^a das Graças Carvalho de Souza Magalhães sugere a comissão de fiscalização não escrever tanta baboseira desnecessária, fazem um livro de palavras

sem necessidade e observa a numeração de um jeito e por extenso de outro e fica na dúvida, qual dos dois é o correto. Pede seu afastamento do CMS para participar de campanha política como Deputada Federal, acha que poderia ter feito mais pelo CMS, mas não foi possível e vai indicar a pessoa que irá ocupar sua vaga. O Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto disse que já que a Conselheira Francineide Pereira, que fez parte das reuniões da comissão de fiscalização, diz que não estava tudo bem, então se deve considerar sua fala, observar o que está faltando e colocar as ressalvas necessárias. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa disse que vai endossar esse relatório na plataforma do SARGSUS, pede que tenhamos atenção especial e fica a favor da proposta da Conselheira Francineide Pereira para que o relatório seja aprovado com ressalvas. O Conselheiro Jurandi Mesquita acha que no relatório deve constar com que foi gasto o dinheiro, pois ao aprovar esse relatório, estamos nos responsabilizando e caso aconteça uma auditoria / fiscalização e as coisas não estiverem nos conformes, podemos responder por isso. A Conselheira Cláudia Alves de O. Carvalho disse que esse RAG - Relatório Anual de Gestão foi apresentado na Câmara Municipal e que todas as informações estão no Portal de Transparência cada centavo que entrou e que saiu e o Conselheiro antes de questionar deve primeiro se atualizar e que também o relatório apresentado na reunião já tinha sido enviado por e-mail a todos os conselheiros dias antes da reunião. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva acha que deve ser votado o Relatório que a Comissão fez e apresentou aqui em plenária. Após todas as colocações foi colocado em votação o Relatório da comissão de Fiscalização que dá parecer favorável a apreciação do RAG – Relatório Anual de Gestão / 2017, que foi aprovado com 13 (treze) votos a favor, 01 (um) voto contra do Conselheiro Jurandi Mesquita e 03 (três) abstenções dos Conselheiros Francineide Pereira Alves, Luís Gonzaga Correa Neto e Francisco Neto Ferreira da Silva, que se abstém porque acha que no relatório deve conter ressalvas. **3º PONTO: Normas Internas para Funcionamento do TFD Municipal.** Com a palavra a Coordenadora do TFD – Tratamento Fora de Domicílio Sra. Concita Moreira Duarte, dizendo que foi informada dessa reunião a trinta minutos atrás e veio correndo pra falar sobre a questão da ajuda de custos. Fez uma breve explanação dizendo que antes se um paciente fosse passar 10(dez) dias em São Luís era uma ajuda de custo no valor de R\$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e agora é R\$ 30,00 (trinta reais) a diária dependendo da quantidade de dias e os usuários e acompanhantes não estão aceitando. O

Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que esse valor de trinta reais é pouco para cada dia junto com o acompanhante. O Conselheiro Antônio Rodrigues da Silva Filho relatou que tem um irmão usuário de TFD e na gestão passada o valor disponibilizado de ajuda de custo era de R\$ 247,50 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e depois mudou, antes ia com dinheiro em mãos e recentemente viu uma denúncia a respeito do assunto e que o próprio Promotor Newton Bello viu que esse tema é a nível nacional. A Conselheira Francineide Pereira Alves propõe que a gestão estude se essa ajuda pode ser recebida antes de viajar e se tem alguma forma jurídica de reajustar esse valor. O Conselheiro Jurandi Mesquita pede que se solicite do CNS – Conselho Nacional de Saúde para que haja mudança na Portaria nº 055 de 24 de fevereiro de 1999 e é a favor de que as pessoas que fazem uso do TFD, já recebam sua ajuda de custo antes de viajar. A Sra. Concita Moreira Duarte relata que na Portaria nº 055 de 24 de fevereiro de 1999 do Ministério da Saúde fala que o valor referente das diárias de ajuda de custos é R\$ 30,00 (trinta reais), sendo que se houver acompanhante também é disponibilizado o mesmo valor para o acompanhante e que a ajuda de custo é dada de acordo com o agendamento, ou seja, de acordo com a quantidade de dias que o paciente vai ficar em São Luís para o tratamento. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva, sugere que as ajudas de custo/diárias, sejam disponibilizadas ao mesmo tempo em que as passagens para as pessoas que fazem TFD – Tratamento Fora de Domicílio o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **4º PONTO: Informes da Saúde.** A Conselheira Francineide Pereira Alves solicita que a Comissão de Fiscalização do CMS faça uma visita surpresa no DST / AIDS para averiguar a denúncia de que tem servidores de confiança da Coordenação que não cumpre horário e ainda maltrata funcionários e pacientes. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra e como a Comissão de Rede ainda está com dificuldades de se reunir, foram indicados os nomes dos Conselheiros: Albane Freitas, Rosimar Melo, Luís Gonzaga e Francineide Pereira para fazerem essa visita. Outro local que precisa de visita é o SAMU, pois observou que o uniforme que faz parte do EPI está sem condições de uso, há mais de quatro anos que não recebem uniforme novo, nem outros equipamentos de EPI, alimentação precária sendo fornecida pelo Hospital Municipal, sem café da manhã, dizem apenas que tem uma empresa para licitar, mas até o presente momento nada foi resolvido. Recentemente teve uma reforma ficando apenas um repouso unissex para a equipe que está no plantão (homens e mulheres repousando no mesmo

horário sem privacidade), que as bases descentralizadas por exigência legal foram unificadas também na única base do SAMU. Imperatriz tem que ter no mínimo 03 (três) bases do SAMU pelo número da população e que as verbas referentes as três bases continuam chegando para o município, e isso pode complicar numa auditoria, pois é notório que não existe as três bases, apenas uma, que os trabalhadores estão com sobrecarga de trabalho, sem chamamento para substituir em caso de falta do colega. O pessoal da motolância não tem EPI – Equipamento de Proteção Individual, nem recebem um adicional de risco de vida e por esse motivo a motolância está parada. O trabalho é perigoso alguns já se acidentaram, que todo município que tem motolância os socorristas recebem o referido adicional, pois vem uma verba específica para a motolância. A Conselheira Charlene Santos A. Sousa concorda com a fala da Conselheira Francineide. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que se faça uma reunião com a equipe do SAMU e nesse dia o Coordenador seja convidado. O Conselheiro João Carvalho Parrião informa que já entregou documento para o Secretário de Saúde relacionado a questão da quilometragem e para o setor de contabilidade a solicitação dos processos para prestação de contas do CEREST, pois na próxima reunião da CISTT Estadual o mesmo tem que apresentar essa prestação de contas. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que está preocupada com os pacientes que estão internados a espera de ressonância, que até o momento a tal da licitação não foi concluída e gostaria que esse Conselho buscasse informação a esse respeito. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o proprietário da UNI RAD, Sr. Walter José Rodrigues pediu um prazo de 20 dias, o contrato dele foi feito todo errado, tem 60 dias enviando pedidos pra ele. O Secretário e Auditor quer fazer o pacote todos e se fazer licitação para todos e solicita que a Comissão de Rede vá lá para averiguar a questão. A Conselheira Rosemar Melo Teles disse que ouviu do Sr. Walter, que o mesmo comprou um equipamento novo e só o transporte desse aparelho é R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) e se ele não está recebendo da SEMUS fica difícil transportar esse aparelho. O Conselheiro Jurandi Mesquita pede para que a Comissão de Rede faça uma visita à empresa Suzano Papel e Celulose. A Conselheira Rosimar Melo Teles, leu o relatório de viagem das pessoas que participaram da 21ª Plenária Nacional de Conselheiros, Entidades e Movimentos Sociais. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que quando algum Conselheiro viajar para representar o CMS deve esquecer seus sindicatos de origem e ser representante do Conselho. O Conselheiro Albane Freitas

de Sousa solicita que seja reiterado ao Secretário de Saúde o ofício -CMS – nº 27, datado de 22 de janeiro de 2018, que até o presente momento não foi respondido, onde solicitamos: 1 - Relação de todas as UBS – Unidades Básicas de Saúde e Serviços da Saúde Mental com endereço, com horário de funcionamento, relação de seus funcionários concursados, contratados e seletivados, bem como o setor que desenvolve suas atividades. 2 - Relações de todas as diárias pagas e não pagas com seus respectivos valores, referente ano de 2017 e 3 - Relação de todos os medicamentos de média e alta complexidade que são enviados para as Unidades Básicas de Saúde. A Conselheira Francineide Pereira Alves pede que seja reiterado novamente o ofício enviado a gestão solicitando a resposta do Saúde Mental que até o momento não foi respondido. Recebemos uma informação do Ambulatório de Saúde Mental – CAPS III, das mãos da Psicóloga Sra. Miriam que foi passado para as mãos do Presidente da Comissão de Fiscalização para ser analisado. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Maranhão, 12 de abril de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
 ALINE MARQUES BORGES ALVES
 ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
 ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO
 CLÁUDIA ALVES OLIVEIRA CARVALHO
 ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
 FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
 FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
 HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
 JOÃO BATISTA SILVA NUNES
 JOÃO CARVALHO PARRIÃO
 JURANDI MESQUITA
 LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
 LUIZ GONZAGA CORREA NETO
 M^a das GRAÇAS C. SOUZA MAGALHÃES
 M^a RAIMUNDA SOUSA ARRAZ
 M^a TAMAR TORQUATO C. SOUSA
 MANOEL ALVES PEREIRA
 MARIA DIVINA DA SILVA REIS

Acilea D.N. Pereira
Ana Claudia Braga Santos Silva
Claudia Alves de O. Carvalho
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves
Francisco Neto Ferreira da Silva
Helio Jose Bertoldo da Silva
Joao Batista Silva Nunes
Joao Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Lucia do Nascimento Lima
Luiz Gonzaga Correa Neto
Maria Raimunda S. Arroz
Maria Tamar Torquato Cavalcante
Manoel Alves Pereira
Maria Divina da Silva Reis

ROSIMAR MELO TELES
RUI ALVES MACEDO


ROSIMAR MELO TELES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em
18/05/2018.

Às quatorze horas, do dia 18 (dezoito), do mês de maio do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Livia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, informou à plenária que a partir desta data as reuniões serão gravadas em áudio para garantir maior fidelidade às atas e logo após, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: **1º PONTO:** Leitura da Ata da reunião anterior; **2º PONTO:** Apresentação dos novos membros do Conselho **3º PONTO:** Co-financiamento do Estado para os ACS's; **4º PONTO:** Parecer da Comissão de Saúde Mental sobre o Matriciamento da Saúde Mental para a Atenção Básica ; **5º PONTO:** Relatório Comissão de Rede (Ist / Aids.e CAPS III); **6º PONTO:** Regimento Interno na Saúde; **7º PONTO:** 2º e 3º Relatório Quadrimestral do SAMU e **8º PONTO:** Informes da Saúde. A Presidente do CMS iniciou informando que as reuniões do CMS serão gravadas, pede apoio de todos no momento de suas falas e em seguida deu-se início ao **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Conselheira Rosemar Melo Teles. Após a leitura o Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto pergunta sobre as solicitações feitas na reunião anterior, o que a Presidente disse que foram feitos os encaminhamentos e explicou da reunião da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos .e em seguida colocada em votação a ata da reunião anterior, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Apresentação dos novos membros do Conselho** Feita a leitura dos ofícios das seguintes entidades substituindo seus representantes como segue: **SEMUS**, substituindo o Sr. Rui Alves Macedo (titular) pela Sra. Acilea Santos Nascimento Pereira; **Instituto Caminhos**, substituindo a Sra. Acilea Santos Nascimento Pereira(titular) pela Sra. Marilene Brito da Silva; **Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Maranhão**, substituindo a Sra. Silvana Castro Ferreira(suplente) por José Linhares; **Comitê da Cidadania de Imperatriz**, substituindo a Sra. Mª das Graças Carvalho de Sousa Magalhães (titular) por Maria da Conceição de Sousa e **Sindicato dos Professores e Professoras Especialistas da Rede Municipal** substituindo a Sra. Eurami Reis Pereira (suplente) pela Sra. Raimunda dos Santos. A Sra. Presidente do CMS orientou a todos a enviarem suas fotos para confecção dos crachás, bem como endereço de e-mail para estarem recebendo material de estudo do CMS. Em seguida foi feita a leitura do **Relatório de visita no Laboratório Diagnose**. Com a palavra a Conselheira Rosimar Melo Teles, componente da comissão de visitas aos laboratórios fez uma breve explanação dizendo que em janeiro a comissão havia visitado esse laboratório e não melhorou nada do que foi constatado na última visita, e desta vez os funcionários afirmaram que lá estava sendo apenas um ponto de coleta e não souberam informar qual laboratório estaria fazendo os exames, esta resposta veio ao abrir a geladeira e observar que não tinha reagente. O relatório já foi entregue para a Sra. Telma Neiva, Fiscal de Contratos que irá tomar as devidas providências. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que é importante que se cumpra a

determinação legal que dita o contrato, se não está cumprindo que seja cancela o mesmo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que ao tomar conhecimento do fato a Comissão de Licitação e Contratos encaminhou o relatório da visita da comissão da auditoria para quem de direito e já está sendo tomadas as providências cabíveis. O Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto disse que isso é muito grave e concorda com a fala da Conselheira Francineide Pereira Alves. **5º PONTO: Relatório Comissão de Rede (IST / AIDS.e CAPS III)** A Conselheira Ercy Maria do Nascimento Chaves fez a leitura do Relatório da Comissão de Acompanhamento da Rede em visita no dia 16 de maio, às 13h35, no CAPS III – Renascer, onde após concluir a leitura a mesma fez uma breve explanação dizendo que ficou surpresa com o atendimento desumanizado, paredes molhadas e mofadas, pessoas deitadas em cima de plásticos, está insuportável o mau cheiro, lá não tem nada, está em estado de calamidade pública, que o material utilizado para as terapias são os próprios funcionários e usuários que trazem. Sujeira tomando conta de todo o prédio e solicitamos ao responsável pela obra para comprovar com documento a reforma, mas não foi possível. O Conselheiro Jurandi Mesquita disse que se vê bonitas propagandas relacionadas a saúde na televisão e se pergunta, em que cidade é que está tal beleza, porque lá no CAPS está parecendo um local abandonado que foi invadido por moradores de rua. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que tudo que a Comissão acabou de relatar é o que o SINDSAÚDE estava a falar desde o ano passado dizendo sobre o remanejo de pessoal, da falta de condições de trabalho, do atendimento, que a saúde mental está desmontada e não está em condições de funcionamento. Já foi solicitado um relatório através de ofício para que fosse explicado as justificativas das transferências feitas e que até o momento não houve resposta, e aproveita para solicitar a cópia das últimas cinco atas do CMS e disse que vai protocolar as denúncias vistas no Ministério Público e pra completar, ainda tem um tal de Regimento Interno que dispõe sobre as regras gerais referentes as trocas de plantões, faltas, atestados médicos, das unidades CAPS III, CAPS AD, SRT e CAPS IJ, e outras providências, e o interessante de tudo isso, é que quando querem pressionar e maltratar o trabalhador eles conseguem leis, a sensação que tem, é de que estamos só enxugando gelo, mas o Ministério Público já sabe de toda a situação. Com relação ao Regimento, o SindSaúde está cansado de esperar e pede para que o CMS se oponha, porque ninguém pode falar porque é perseguido, os funcionários não podem se posicionar contra a ideia do Gestor porque são punidos. O Conselheiro João Carvalho Parrião faz uma ressalva para que conste em todos os relatórios das comissões do CMS as propostas/ recomendações da equipe para melhoria e questiona quanta diferença da prática para teoria e pergunta, como que é que se faz um trabalho de saúde mental nesses CAPS nas condições que se encontra e acha que o CMS realmente tem que se posicionar. O Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto disse que realmente é dolorido de se ver a situação onde os próprios funcionários não têm como se cuidar e pede para que sejam tomadas as devidas providências. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol disse que a Comissão de Licitação e Contratos foi convidada para vir a esta reunião e não está aqui. Está muito difícil sem ter nada de material de limpeza, descartável e acha inadmissível se usar copo compartilhado entre os usuários. A Psicóloga Júnia Alves Santos do Ambulatório de Saúde Mental ao fazer uso da palavra disse que o plano não foi construído de forma coletiva como deveria ter sido feito, foi feito pela coordenação /gestão e colocado como se tivesse sido feito pelos funcionários, porém os funcionários não

participaram dessa construção. Recentemente por duas vezes os médicos deixaram de atender por falta de receituário. A Sra. Presidente do CMS relata que chegou a essa casa, a denúncia de que os usuários precisam trazer seus próprios medicamentos para terem o tratamento medicamentoso adequado no CAPS, como pode ser confirmado no relatório. Ficando difícil para o próprio usuário e aos trabalhadores, pois quando não se tem a terapêutica adequada, fica mais difícil estabilizá-lo. Coloca ainda que na semana passada uma técnica em enfermagem quase foi perfurado com um instrumento tipo “lima” por um usuário que invadiu o posto de enfermagem. Em relação ao que a Conselheira Francineide Pereira Alves falou sobre as transferências, este conselho tem percorrido os caminhos adequados para conseguir tal resposta, porém, infelizmente, isso não está acontecendo só na saúde, está geral e tal situação tem preocupado muito usuários e os trabalhadores. Devido essa rotatividade permanente de trabalhadores que outrora foram capacitados para o serviço de saúde são transferido do serviço sem justificativa, o que gera uma descontinuidade no serviço do SUS além de desqualifica-lo. Esta casa vai sim cobrar tais denúncias que chegarem aqui, e citou um texto da lei do Estatuto do Servidor, no Capítulo IV, sessão I, artigo 34, no parágrafo 2º onde colocado que para que haja qualquer tipo de transferência, deverá estar devidamente fundamentada e que compete também ao Conselho estar vendo essas questões, porque isso fere o funcionamento do SUS, porque os trabalhadores da saúde começam a ficar naquela instabilidade quanto o local do serviço e a qualidade da sua assistência é comprometida, então o usuário será prejudicado e por isso compete ao conselho também observar essas questões. O Conselheiro Hélio Bertoldo disse que todos os atos devem passar pelo conselho e informa que a Coordenadora do Saúde Mental, Dra. Maria Aparecida foi convocada para prestar os devidos esclarecimentos sobre a situação do CAPS que se agravou em sua gestão, porém não compareceu por motivo de adoecimento, no entanto, solicita uma nova convocação a este conselho assim que possível, bem como do secretário de saúde, para que possa ser discutido o problema juntamente ao conselho para o que este funcione.. A Sra. Sâmua Carvalho, que faz parte da ESF 2, da UBS Milton Lopes fez uma breve explanação da transferência de colegas sem justificativa, e relatou o ocorrido na semana passada com a Enfermeira Flávia Saraiva que há treze anos trabalha no Posto, conhece bem a comunidade, exerce um bom trabalho e nunca recebeu nenhum tipo de advertência da gestão ou denúncia da comunidade. E, assim, foi transferida sem aviso prévio ou justificativa e que até mesmo a Enfermeira Sormanne Branco, atual Coordenadora do Departamento de Atenção Básica foi surpreendida por tal situação o que traz uma inquietação ainda maior, pois fica a pergunta: “De onde vem essas definições de transferência? E baseado em que se tomam essas decisões?”. E informa que depois que a Coordenadora da DAB tomou ciência do caso, que foi muito sensível ao caso e a situação foi resolvida. Nesse momento a Coordenadora da Atenção Básica, fez uso da palavra disse que esse episódio aconteceu, mas não vai mais ocorrer, entende que não se pode tá trazendo esses remanejamentos dessa forma, o caso da enfermeira Flávia Saraiva foi resolvido, para isso pegou informações dentro da comunidade e garante que essas ocorrências não vão mais acontecer sem que a mesma seja notificada, pois entende que o profissional da ESF (Estratégia Saúde da Família) tem que ter um vínculo com a comunidade e isso nunca vai ser construído se a todo momento ficar trocando os funcionários. O Sr. Rênio, agradeceu ao CMS pelas ações, mas percebe que a equipe da saúde mental está em adoecimento e este problema não está no

CAPS, mas na Rede de Saúde. Também estamos tendo dificuldades nos Postos de Saúde, temos que fortalecer nossa equipe para o SUS não morrer, porque nós somos o SUS. A Saúde mental de Imperatriz tem uma história, não podemos desmontar a equipe e nessas transferências houve um desmonte da Rede e esse é o reflexo disso, desse desmonte, porque o maior prejudicado será o usuário. O diálogo é a melhor saída e o mais correto, nós funcionários só estamos querendo trabalhar com qualidade, e para isso precisamos ter condições dignas de trabalho. O nosso COFEN - Conselho Federal de Enfermagem diz no nosso Código de Ética que se os profissionais não tem condições de trabalho, pode se recusar de assumir o plantão, mas mesmo com todas as dificuldades a equipe toda está lá, trabalhando, se doando, comprando material para a manutenção do próprio serviço; essa equipe está fazendo o que pode e o que não pode para fazer o SUS andar. A Presidente do CMS disse que temos que ouvir as angústias dos trabalhadores e que sejam colocadas as proposições nesse assunto. A Conselheira Francineide Alves Pereira disse que o SINDSAUDE enquanto sindicato já protocolou no Ministério Público e sugere que o CMS peça mediação da saúde concernente à Saúde Mental. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol pede para que seja re-convocada a Comissão de para O Conselheiro Manoel Alves disse que antes de vir para essa reunião, teve uma conversa com o Secretário de Saúde, a respeito da situação do CAPS, afirmou ainda que a Mesa Diretora do CMS tem reunião semanal com o Secretário de Saúde para alinhamento de algumas situações. Trabalhar dentro de uma administração pública não é fácil e a escuta e o diálogo são o melhor caminho pois, escutar não é a mesma coisa de se ouvir, se tá errado, vamos corrigir os erros, quer tranquilizá-los que enquanto representante do poder público, tudo será resolvido da melhor forma. O Conselheiro Hélio Bertoldo pede para registrar em ata que todos os funcionários presentes na plenária e lotados na saúde mental apresentam a mesma fala o que demonstra que está errado a condução desse setor. O Conselheiro Manoel Alves Pereira sugere que se sente para conversar já que o canal foi aberto para tal. A Presidente do CMS, informa que foi enviado pelo Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano documento de Ofício – GS nº 112/2018, na data de hoje, solicitando a retirada da pauta o ponto que trata do Regimento Interno do CAPS, suspendendo todos os efeitos deste Regimento até que seja discutido o assunto com os órgãos envolvidos, sendo eles o CMS, os trabalhadores e os sindicatos, e em seguida leu o documento, ao termino da leitura, a presidente coloca que o documento mostra o interesse de fato em se discutir e de construir um momento diferenciado para se resolver o problema da Saúde Mental do município de Imperatriz. Após todas as falas surgiram duas proposições: 1ª proposta da Presidente do CMS de se ir para o diálogo e no prazo de 10 dias estar resolvido a questão da falta de medicamentos e material da instituição, e no prazo de 30 dias a resolução dos demais pontos como transferências e regimento e que se não tiver resolvido as tratativas, que se passe para a segunda proposição. 2ª proposta da Conselheira Francineide Pereira Alves de que seja enviado de imediato ao Ministério Público documento pedindo uma mediação e intervenção. A Presidente do CMS coloca que só o fato do Secretário de Saúde cancelar todos os efeitos do Regimento Interno feito pela Coordenação do Programa, já demonstra uma mudança de atitude e conduta no sentido que propõe que seja discutido os assuntos e isso mostra o interesse do Secretário de discutir e construir um momento diferenciado. A Conselheira Francineide Pereira Alves relata que que os profissionais vêm sofrendo e há 5 meses está esperando essa solução e o que ouvimos do Sr. Secretário de Saúde foi

que ele concorda com tudo que a Coordenadora Maria Aparecida Alves e que as pessoas que saíram do CAPS é porque estavam roubando. Não dá mais para esperar, temos que pedir uma ação ao Ministério Público. A Conselheira Rosemar Melo Teles disse que na capacitação o que os Promotores orientaram foi o diálogo. Em regime de votação venceu a 1ª proposta da Presidente do CMS de se ir para o diálogo e no prazo de 10 dias estar resolvido a questão de medicamentos e material, e no prazo de 30 dias se não tiver concluído, que se passe para a segunda proposição. Venceu com 14 votos a favor e três votos contrários. 2ª Proposta da Conselheira Francineide Pereira Alves de que seja enviado ao Ministério Público pedindo uma mediação. 03 votos a favor. Hélio Bertoldo sugere que esses três votos contrários na pessoa da Francineide Pereira, Silvana Pitol e Francisco Neto se façam presentes na conversa com o Secretário de Saúde. **4º PONTO:** Parecer da Comissão de Saúde Mental. Com a palavra o Conselheiro Manoel Alves Pereira, fez uma breve explanação onde disse que foi criada uma comissão para uma proposta que estava sendo apresentada de fechar o ambulatório de saúde mental e em seguida passou para o Conselheiro José Linhares que fez a leitura do relatório da COMISSÃO DE REORDENAMENTO DO SERVIÇO AMBULATORIAL DE SAÚDE MENTAL PARA ATENÇÃO BÁSICA. Após a leitura o mesmo acha que o ambulatório de saúde mental está sobrecarregado, o espaço é para ampliar a rede. Franqueada a palavra para discussão do assunto a Conselheira Silvana Pitol solicitou que seja acrescida no relatório a obrigatoriedade de que o ambulatório continue no mesmo espaço físico e que seja centralizada. O Conselheiro Manoel Alves Pereira informou que o reordenamento será realizado através do matriciamento, que se dá na integração da atenção primária no cuidado dos pacientes do ambulatório da saúde mental. A Coordenadora da DAB Enfª. Sormanne Branco disse que o Enfermeiro Osvaldo Teodoro, Coordenador do Consultório na Rua irá compor a equipe do matriciamento. A Sra. Júnia Alves, Psicóloga, quer saber porque o saúde mental passa a funcionar lá, ... se lutaram para que os mesmos fossem atendidos em lugar diferenciado para que eles ficassem melhor. E quer esclarecimento e clareza de como vai ser a dinâmica. O Enfermeiro Osvaldo disse que a saúde mental tem que estar atrelada a Atenção Básica, porque essa é a nova ordenação da saúde. A Sra. Júnia Alves Psicóloga, disse que gostaria de participar do processo de como será feita essa dinâmica. A Coordenadora da Atenção Básica Sormanne Branco disse que vai ter todo um processo de capacitação e toda a equipe vai participar da capacitação inclusive a equipe da atenção básica. Após todas as falas, a Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol sugere que o relatório seja revisto e depois da discussão com a equipe do ambulatório de saúde mental, trazer na próxima reunião para apreciação. Foi indicado o nome da Psicóloga Júnia..., Enfermeiro Osvaldo Theodoro... para fazer parte dessa comissão, o que foi acatado pela maioria dos conselheiros presentes. **3º PONTO:** Cofinanciamento do Estado para os ACS's. A Coordenadora da Atenção Básica – Sormanne Branco fez uma breve explanação da importância da Adesão do Município de Imperatriz à Política Estadual de Cofinanciamento da Atenção Primária em Saúde do Estado do Maranhão – PECAPS, conforme termos na Lei nº 10.583, de 24/04/2017 e Portaria SES/MA 522, de 9 de agosto de 2017. Que para os ACS – Agentes Comunitários de Saúde para ter direito ao incentivo precisam cumprir alguns requisitos, tipo cadastro atualizado em 80% acha bom esse incentivo e pede apoio dos representantes do sindicato aqui presentes, Sra. Graciele Cristina Cordeiro – Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde com Sr. Valdemir Alves de Sousa para

estarem cobrando o cumprimento das metas. Disse ainda a Coordenadora da Atenção Básica que esse recurso não é obrigatoriedade do município e só quem cumpre os requisitos é que poderá receber o recurso. O Prefeito já deu seu aval e, portanto, sugere que seja aprovada essa proposta no CMS. Com a palavra a Sra. Graciele Cristina Cordeiro e Sr. Valdemir representantes do Sindicato dos Agentes de Saúde, agradecem o apoio do Conselho e disse que essa Lei nº 10.583, de 24/04/2017 é uma que vem somar com a classe, é um benefício para toda a categoria e vai ficar triste se porventura alguém não cumprir os requisitos. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que todo incentivo dado aos ACS's é bem vindo para que continuem desenvolvendo suas funções. Dra. Tânia Sueli reafirma que os Agentes de Saúde conhecem de todas as políticas de saúde, está muito feliz porque todos nós ganhamos com isso. A Presidente do CMS pede a aprovação deste conselho para essa proposta, mas também que seja aprovada uma lei na câmara dos vereadores para que tudo fique muito bem alinhado e claro e assim, não fique dúvidas quanto a legitimidade do benefício e a responsabilidade de ambos os envolvidos, trabalhador e gestão, coloca que o CMS faz o parecer favorável, porque entende que vem fortalecer ainda mais as ações da Atenção Básica, e posterior seja passado na câmara a lei que regulamenta o benefício. Em seguida coloca em apreciação a proposta da adesão do município de Imperatriz na PECAPS - Política Estadual de Cofinanciamento da Atenção Primária em Saúde, conforme os termos na Lei nº 10.583 de 24 de abril de 2017 e Portaria SES/MA, nº 522 de 9 de agosto de 2017, e que seja elaborado um documento para que tudo fique muito claro, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 7º PONTO: 2º e 3º Relatório Quadrimestral do SAMU, o Conselheiro Manoel coloca que não houve possibilidade de análise dos documentos pelos membros do conselho e por isso, pede para ser retirado da pauta, o que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. 8º PONTO: Informes da Saúde. O Conselheiro João Carvalho Parrião quer saber do Enfermeiro do Milton Lopes porque lá nunca tem raio X e Fisioterapia. Falou também que o aparelho de audiometria do CEREST nunca chegou, Falta apresentar o RAG – Relatório Anual de Gestão, na CISTT e no CMS. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva informa que não está tendo uma empresa para esses procedimentos. Explicou que a APAE está fazendo através da Camel e outra empresa os serviços de fisioterapia. A coordenadora da Atenção Básica se comprometeu em dar uma resposta ao conselho sobre a situação apresentada pelo conselheiro Parrião. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Maranhão, 18 de maio de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
ELINE ROCHA ARAÚJO ALVES
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
ERCY Mª DO NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

Acilea S.N. Pereira
Ana Claudia Braga Santos Silva
Ercky Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves
Francisco Neto Ferreira da Silva

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

JOÃO BATISTA SILVA NUNES

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

JOSÉ LINHARES FILHO

JURANDI MESQUITA

LÍVIA M^a D. OLIVEIRA BUSTAMANTE

LUIZ GONZAGA CORREA NETO

M^a RAIMUNDA SOUSA ARRAZ

M^a TAMAR TORQUATO C. SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

MARIA DIVINA DA SILVA REIS

MARILENE BRITO DA SILVA

ROSIMAR MELO TELES

SILVANA LIMA DA COSTA PITOL

[Handwritten signature]
João Batista S. Nunes
[Handwritten signature]
José Linhares Filho
[Handwritten signature]
Jurandi Mesquita
[Handwritten signature]
Livia Bustamante

[Handwritten signature]
Maria Raimunda S. Arroz

[Handwritten signature]
Manoel Alves Pereira
[Handwritten signature]
Maria Divina da Silva Reis
[Handwritten signature]
Marilene Brito da Silva
[Handwritten signature]
Rosimar Melo Teles

[Handwritten signature]
Marta da Conceição de Sousa Silveira

[Handwritten signature]
Silveira

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
– MARANHÃO, em 14/06/2018.

Às quatorze horas, do dia 14 (quatorze), do mês de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Livia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Relatório Quadrimestral /2017 do SAMU – 192; 3º PONTO: Projeto; Intercâmbio Interno da Rede de Saúde Mental (CAPS); 4º PONTO: CAF – Comissão de Farmácia Terapêutica e 5º PONTO: Informes da Saúde. **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Presidente do CMS. Após a leitura, colocada em votação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **2º PONTO: Relatório Quadrimestral /2017 do SAMU – 192.** O Conselheiro Antônio Rodrigues da Silva Filho, relator da Comissão de Fiscalização fez a leitura do Relatório do SAMU – 192 apresentado a plenária, referente ao 2º e 3º Quadrimestre (maio a dezembro) de 2017. A palavra foi franqueada, vários Conselheiros fizeram uso da mesma, dentre elas a Conselheira Francineide Pereira Alves que fez alguns esclarecimentos das ressalvas contidas no relatório da comissão onde algumas já foram sanadas. Em seguida fez uso da palavra o Sr. Alexsandro Wanderley Freitas, Coordenador do SAMU pontuando o que já foi sanado. Colocado em votação o Relatório do SAMU 192, referente ao 2º e 3º Quadrimestre (maio a dezembro) de 2017, foi aprovado com 16 (dezesesseis) votos a favor, 01 (uma) da Conselheira Maria da Conceição de Sousa Silveira por não se achar confiante no momento da votação haja vista ser essa a segunda reunião da qual participa e um (01) um voto contra do Conselheiro Jurandi Mesquita por que o mesmo acha que se no relatório tem ressalvas, significa que não está nos conformes, deveria ser rejeitado. O Conselheiro Linhares solicita que esses documentos sejam apresentados em data show para que todos possam acompanhar a leitura dos mesmos facilitando assim melhor compreensão e que todos os conselheiros presentes apoiaram. Com a palavra o Sr. Alexsandro Wanderley Freitas Coordenador do SAMU – 192, que apresentou em

Datashow as mudanças do SAMU, fazendo uma longa explanação como um todo, e iniciou esclarecendo a ordem de atendimento das chamadas que é avaliado de acordo com o grau de situação de risco em todas as chamadas e quem está com maior risco de morte é atendido primeiro. A reforma ainda não foi concluída, mas já mudou muito a fachada do SAMU. Hoje temos 100% da frota do SAMU renovada. Após todas as explanações a Sra. Presidente do CMS agradeceu ao Coordenador do SAMU as explicações, parabenizou-o pelo salto dado naquele serviço em tão pouco tempo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que a Comissão de Acompanhamento da Rede acompanhe o próximo relatório Quadrimestral do SAMU. O Relator da Comissão de Fiscalização Antonio Rodrigues da Silva Filho, disse que assinaram o relatório com ressalvas, isso prova que estamos fazendo um compromisso, pois são mais de seis milhões descritos no relatório. Dr. Alexsandro Wanderley Freitas afirma que o recurso do SAMU agora é só do SAMU, e desde 2012 continua recebendo o mesmo recurso. Nesse momento a Presidente agradece a presença dos Acadêmicos de Enfermagem da UFMA – Universidade Federal do Maranhão presentes na reunião, afirma que esta casa é nossa, é do povo, e que é importante a Enfermagem estar presente em nesses espaços de controle social e os convidam a virem mais vezes as nossas reuniões. O Conselheiro Manoel Alves Pereira informa aos Conselheiros que a Comissão de Fiscalização recebeu o PMS – Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021 e tudo que vai acontecer na saúde está contido nesse plano, a Comissão vai fazer leitura e analisar e trazer para esse plenário apreciar e aprovar e pede ajuda da Comissão de Acompanhamento da Rede para analisar junto este relatório, temos também em mãos o Plano Diretor de Regionalização e PMS – Plano Municipal de Saúde 2018 que serão analisados juntos. Nesse momento a Conselheira Francineide Pereira Alves disse que antigamente todos os Conselheiros recebiam uma cópia do Plano para analisarem, onde faziam suas ressalvas e passavam para a Comissão de Fiscalização, porque é muito cansativo e é grande a responsabilidade para apenas poucas pessoas e pede para que seja enviado cópia do Plano para todos os Conselheiros. **3º PONTO: Projeto Intercâmbio Interno da Rede de Saúde Mental (CAPS):** A Conselheira Francineide Alves propõe que esse ponto fique para próxima reunião, haja vista que a Comissão de Fiscalização não analisou o mesmo e por conta do avanço do horário que seja analisado na próxima reunião e nesse interim a Comissão de Fiscalização vai aguardar que a mesma nos envie documentação dizendo de onde vem essa verba

com uma explanação mais específica para que tenhamos conhecimento do assunto. A Sra. Maria Aparecida disse que essa verba é do Projeto do OPAS - Organização Pan Americana de Saúde em parceria com o Ministério da Saúde e como o projeto é antigo, o projeto já era para estar sendo finalizada. Disse ainda que Dr. Alair Firmiano pediu para a mesma dar continuidade ao projeto e falou da reformulação e capacitação que será na próxima semana. A Sra. Presidente disse que como tem essas avaliações com relação ao projeto e temos outras pendências da Rede de Saúde Mental, sugere que se aprecie em reunião extraordinária para dia 28/06/2018, todos foram de acordo. A Sra. Presidente passou a palavra para a, Sra. Maria Aparecida Alves para estar apresentando as demandas do Saúde Mental e pede que seja explanado sobre os relatórios e situações que foram pontuados no relatório em questão. A Sra. Coordenadora do Saúde Mental passou a relatar sobre as queixas que tem do CMS e do SINDSAÚDE e disse que todos os ofícios que recebeu foram respondidos ao Dr. Alair Firmiano e que não entende como não chegou ao CMS e fez uma longa explanação para esclarecer sobre licitação e a questão das transferências dos trabalhadores do CAPS com todas as situações colocadas. Pontuou que a comida não é de má qualidade, temos excelentes funcionários e nutricionistas, com relação a água, em todos os pedidos de alimentos a água também foi solicitada e que todos os serviços da Rede oferecem água potável disponibilizada pela CAEMA. Em relação a escala, a mesma foi feita correta, o que não foi feito correto foi a forma com que a Coordenadora do serviço havia executado, mas o problema já foi sanado. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, dentre eles a Conselheira Francineide Pereira Alves disse que pela devolutiva não houve muita mudança por conta da licitação. Em relação a escala, a mesma estava certa, mas não estava sendo feita a limpeza e o SINDSAÚDE não precisa de autorização para visitar um local onde há trabalhadores de saúde, a Lei diz que o Sindicato tem acesso livre em qualquer lugar e a qualquer hora e enquanto sindicato solicita que seja feita uma escuta sigilosa pelo Ministério Público, pois o Sindicato trabalha pelo direito do trabalhador e quando o direito do trabalhador está sendo violado, vamos *in loco* conferir as denúncias. A Sra. Coordenadora Maria Aparecida Alves disse que as portas estão abertas e para ela foi mais uma novidade as informações da Conselheira e mais uma vez disse que é muito sério a pessoa estar na escala dia e assinar durante a noite. Fez uma breve explanação de vários pontos concernentes a saúde mental diz que o Dr. Alair Firmiano tem conhecimento de toda situação que se encontra a Rede e das ações

que foram tomadas. Semana que vem acontece a primeira capacitação para os funcionários da saúde mental que a princípio será um momento pela manhã, depois vai estar acontecendo "mine capacitações" e está tentando fazer da melhor forma possível. A Enfermeira Silvana Castro disse que a água do CAPS AD III vem diretamente da rua, não passa por filtro e que são os pacientes que buscam a água, o almoço são os funcionários que compram os temperos e que no turno noturno, não existe local adequado para acondicionar a refeição oferecida aos trabalhadores desse turno, pois a cozinha fica trancada e essa refeição é colocada em uma caixa de isopor deteriorada; referente às transferências, acha que o servidor deve ser notificado anteriormente sua transferência. A Sra. Coordenadora do Saúde Mental disse que houve transferência a pedido dos pacientes e nenhum servidor foi transferido sem saber para onde estava indo e sem ser notificado e citou alguns problemas existentes e afirma que Dr. Alair Firmiano tem conhecimento de tudo. Com relação à compra de medicamentos pelos usuários, os servidores não podiam aceitar, que foram feitos vários ofícios solicitando essas medicações à secretaria, a fim de se evitar esse colapso, no entanto o Dr. Alair Firmiano já providenciou as medicações. Com a palavra a Presidente do CMS ressalta que fica difícil o servidor não aceitar, haja vista o serviço não estar oportunizando a terapêutica adequada ao usuário a partir do momento em que não disponibiliza a ele os medicamentos necessários para sua recuperação, então vemos que o serviço não poderia estar em funcionamento; em reação às transferências, pede que a gestão ocupe seu espaço em advertir de forma educativa o servidor para que esse tenha a oportunidade de se corrigir e melhorar a sua assistência ao invés de se ir transferindo de cara. Coloca que esse não é o modelo de gestão de trabalhador preconizado pelo SUS e traz em mãos a Portaria de Política Nacional de HumanizaSUS - PNH, onde aponta que a relação do trabalhador e empregador dentro do SUS deve ser de escuta qualificada para que AMBOS possam voltar isso ao usuário na sua assistência prestada, fala da ambiência que é a discussão compartilhada do local onde se vai trabalhar, como proceder em situações de reforma onde o trabalhador deve participar ativamente e dentro das possibilidades serem atendidas suas necessidades, fala também da criação da clínica ampliada e compartilhada, em especial do funcionário do saúde mental que trabalha com pacientes com dificuldades de se comunicar e se inserir. Percebe-se aí que a gestão está indo na contramão às diretrizes do SUS, a partir do momento em que não é dado ao trabalhador do SUS a oportunidade de diálogo e devolutiva de suas condutas.

Vemos que alguns pontos foram atendidos e ficamos felizes com isso e esperamos que a gestão consiga sanar todos problemas apontados no relatório desse conselho e seguir para se voltar a ter um nome reconhecido, conclui dizendo que por mais que se tenham problemas com documentos, contratos e outros, a saúde mental tinha um nome, problemas todos tem, acredita que a Coordenadora da Saúde Mental também tenha esse desejo de resgatar o nome da saúde mental e enquanto Conselho de Saúde se espera e pede que as prerrogativas do SUS sejam também contempladas na Saúde Mental, bem como as solicitações dos trabalhadores e que assim como o SAMU conseguiu uma alimentação de qualidade servido em local e espaço apropriado e humanizado esses avanços se estendam à Rede de Saúde Mental. Em seguida a Presidente informou da necessidade de se escolher dois representantes do CMS para compor a equipe que vai discutir e construir as informações do Regimento Interno da Rede de Saúde Mental do nosso município. Foram indicados os nomes das Conselheiras Lívia Bustamante e Francineide Pereira Alves. O Conselheiro Hélio José Bertoldo acha importante os nomes indicados por serem representantes da categoria dos trabalhadores, e que no momento seja discutido também a questão das transferências e conclui dizendo que deve haver diálogo, dizer o que tá errado e não transferir sem antes advertir e acha que conversar é melhor que transferir e todos foram de acordo com a proposta do Conselheiro. Por conta do jogo do Brasil as Conselheiras Lívia Bustamante e Francineide Alves pede para ser remarcada a data do dia 22/06 em que seria a reunião para discutir o Regimento Interno da rede de saúde mental. A Sra. Maria Aparecida disse que vai rever outra data e avisar ao conselho. A Sra. Maria Aparecida concorda com tudo que a Presidente falou com relação as transferências e afirma que os mesmos têm o direito de serem comunicados. **4º PONTO: CAF – Comissão de Farmácia Terapêutica.** A Coordenadora do CAF – Centro de Atenção Farmacêutica, Sra. Bruna C. Barbosa de Matos fez uma breve apresentação onde comentou as demandas relacionadas a medicamentos e questões farmacêuticas que são necessárias passar pelo Conselho. Explanou das várias necessidades identificadas que se fez necessário a criação do Regimento Interno e da Comissão de Farmácia e Terapêutica, onde será colocado as atribuições de medicamentos de do componente básico de assistência farmacêutica, e propõe que o Conselho de Saúde por ser o controle social, tenha cinco membros nessa comissão para estar acompanhando todo o processo de padronização, e é importante que estejam sabendo das demandas de saúde. Os nomes indicados

foram: Luís Gonzaga Correa Neto, Livia Dias Oliveira Bustamante, Acilêa Nascimento, Silvana Lima da Costa Pitol e Samara Lima Ferreira. Outro ponto importante são as quatro reuniões anuais que teremos e depois de visto pelo Secretário de Saúde e aprovado pelo CMS, será encaminhada para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais a serem utilizados nas (UBS, na Alta Complexidade, UPA, HMI, HII, SAMU, DAB e Saúde mental). Nesse momento a Comissão de Farmácia e Terapêutica já realiza sua quarta reunião para padronização dos medicamentos essenciais de todas as Redes da Atenção a Saúde de Imperatriz para o período de 2019 a 2020. Trouxe também a esse plenário o assunto do **Planejamento Anual de Assistência Farmacêutica de Imperatriz**, que está para ser aprovado pelo Conselho e mostrou as ações realizadas nesse **1º Quadrimestre, onde todas as metas foram atingidas**. Esse ponto também ficou para ser discutido na próxima reunião após análise da Comissão de Fiscalização. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa comentou da visita que a Comissão de Rede realizou nos dias 06 e 07/06/2018 nas Farmácias do Centro de Saúde Três Poderes, Milton Lopes, Nova Imperatriz e Vila Lobão onde foram constatado a falta dos principais medicamentos que compõem o elenco de referência do componente básico da Assistência Farmacêutica do Município de Imperatriz e pede que a gestão olhe com carinho para esse setor. A Coordenado Bruna C. Barbosa de Matos convida o Conselheiro a fazer uma visita nas dependências da Assistência Farmacêutica situada no Bairro Três Poderes, para que o mesmo tenha ciência dos treinamentos e capacitações que são realizadas com os funcionários, assim como o fluxo de atividades realizadas nas Centrais de Abastecimentos da Assistência Farmacêutica. Com relação à falta de medicamentos, tem todos os ofícios com as solicitações de medicamentos e demais materiais encaminhados a SEMUS. A Conselheira Francineide Alves Pereira disse que essa prestação de contas deve ser enviada a Comissão de Fiscalização para que seja feito um parecer. A Sra. Presidente parabenizou a Sra. Bruna C. Barbosa de Matos por essa iniciativa e dos membros que se disponibilizaram a participar dessa Comissão e solicita que os membros da Comissão de Fiscalização façam uma visita na CAF - Comissão da Assistência Farmacêutica para comprovar se realmente chegou os medicamentos. **4º PONTO: Informes da Saúde.** A Presidente leu o ofício da SEMUS/Gestão, apresentando a Sra. Maria Aparecida Alves como Conselheira suplente no lugar de Hércia Regina Lima Gonçalves para fazer parte desse colegiado. Como nada mais

havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz - Maranhão, 14 de junho de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
ELIZABETH RODRIGUES LIMA
ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOSÉ LINHARES FILHO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
M^a RAIMUNDA SOUSA ARRAZ
M^a TAMAR TORQUATO C. SOUSA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS
MARILENE BRITO DA SILVA
ROSIMAR MELO TELES
M^a da CONCEIÇÃO SOUSA SILVEIRA
ANTONIO RODRIGUES SILVA FILHO
CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
RENATA HERNANDES LEAL
M^a APARECIDA ALVES
RENATA HERNANDES LEAL

Acilea S. N. Pereira
Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva

Ercey Maria do Nascimento Chaves

Francineide Pereira Alves

Francisco Neto Ferreira da Silva
Hélio José Bertoldo da Silva

João Batista Silva Nunes
José Linhares Filho
Jurandi Mesquita
Livia D. Oliveira Bustamante

Maria Tamar Torquato Cavalcante de Sousa
Manoel Alves Pereira

Marilene Brito da Silva
Rosimar Melo Teles

M^a da Conceição Sousa Silveira

Antonio Rodrigues Silva Filho
Claudia Alves de Oliveira Carvalho

Lucília do Nascimento Lima
Renata Hernandes Leal
M^a Aparecida Alves
Renata Hernandes Leal

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 12/07/2018.

Às quatorze horas, do dia 12 (doze), do mês de julho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Lívia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Política Nacional de Saúde do Trabalhador: CISTT ESTADUAL (Manoel Lajes); 3º PONTO: CAF - Comissão de Farmácia e Terapêutica; 4º PONTO: Projeto Intercâmbio e 5º PONTO: NASF; 6º PONTO: Informes da Saúde. Iniciou-se pelo **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Presidente do CMS. Após a leitura, colocada em votação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida a Presidente informa que recebeu hoje um documento do Setor de Engenharia informando que não seria possível apresentar o relatório e como existia algumas demandas de pauta na fila de espera para esta reunião, explicou que o relatório das obras e reformas era pra ter sido apresentado na reunião extraordinária que não aconteceu por falta de quórum. Mas, como o setor de Engenharia não pôde vir, que o Departamento do NASF já havia enviado toda a documentação e que já havíamos encaminhado para o e-mail dos Senhores Conselheiros, diante de tal desistência, coloca em apreciação da plenária para que seja substituído o ponto de pauta do Relatório de Obras e Reformas pelo projeto do Departamento do NASF onde a mesma foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. Colocou também a sugestão de alteração da ordem da pauta, para que o Sr. Manoel Lages, Presidente da CISTT – Estadual, que veio de São Luís para essa reunião tenha sua fala antecipada. Todos foram de acordo. **2º PONTO: Política Nacional de Saúde do Trabalhador: CISTT ESTADUAL (Manoel Lajes).** O Sr. Manoel Lages, Coordenador da CISTT – Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado do Maranhão iniciou falando da importância da política do trabalhador e enquanto Coordenador da CISTT Estadual relata a preocupação com o CEREST/CISTT de Imperatriz, pois o RAG (Relatório Anual de Gestão) do CEREST de Imperatriz não foi aprovado pelas instancias municipal e estadual, pois o mesmo apresenta inconsistências e está faltando muitos elementos. E também ouviu falar a que equipe multiprofissional do CEREST está desfalcada, e a pessoa que no momento está respondendo pelo CEREST não estava preparada para tal. No relatório faltam muitas ações de abrangência do CEREST e na questão financeira faltaram documentos que pudessem subsidiar tal relatório, o que o fez solicitar junto a esse conselho essa pauta. A Conselheira Silvana Pitol esclareceu que na reunião do CMS em que o Prefeito e o Secretário estiveram presentes o Conselheiro João

Carvalho Parrião colocou a falta de documentos para essa prestação de contas. Disse ainda que a documentação apresentado à CISTT estava incompleta, muitas coisas ficaram faltando e teve ressalva principalmente no caso dos gastos com os carros do CEREST, onde foi solicitado à SEMUS extratos e saldo bancários. Coloca que antes o CEREST tinha essas informações, agora não tem mais e nessa gestão atual se manda ofícios, mas não há feedback de troca. A CISTT não pode aprovar esse relatório inconsistente como está, foi feito a ressalva, encaminhado ofício para a SEMUS dizendo que estava precisando dos documentos para que o relatório fosse de fato apresentado na CISTT Regional e no CMS, mas não receberam respostas. O Conselheiro João Carvalho Parrião disse que após vários ofícios enviados foi que os extratos foram enviados para fazer tal correção, mas depois de tudo pronto para apresentar verificou que ainda faltava documentos e não foi aprovado. A Conselheira Francineide Pereira Alves informa que podemos até perder o recurso ou ter que devolver o dinheiro. O Sr. Manoel Lages disse que a Política de Saúde do Trabalhador não tende a punir ninguém a não ser que haja desvio de recurso e disse que na gestão do anterior o município teve que devolver quase um milhão de reais por conta de uso indevido de recurso para outros fins. A Conselheira Silvana da Costa Lima Pitol disse que a Assessora de Planejamento Isabel Myriam Macedo disse que não tem o valor da Programação Anual de Saúde, que não encontrou esse dinheiro, mas a Conselheira acredita que esse recurso está lá, pois todo ano sobra um montante e tem como provar pois o dinheiro entra mês a mês, porem, acredita que a Isabel Myriam deveria ter informado, oficializado junto ao Ministério Público e o Conselho, documentar o CEREST que houve esse desvio de recurso para que o CEREST pudesse informar a CISTT, CEREST Estadual e RENAST, porque não podemos simplesmente começar do zero de novo. A Presidente pede para o Assessor Jurídico do CMS Glebson Lessa, elaborar um documento solicitando esses extratos e que a Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros faça esse acompanhamento. Após várias discussões foi aprovada por unanimidade a seguinte proposição: que o CMS faça documento solicitando: os extratos bancários desde 2015 os processos de pagamentos e passar essa prestação de contas para a Comissão de Fiscalização juntamente com um membro da CISTT. O Conselheiro Luís Gonzaga sugere que o documento a ser enviado para a SEMUS tenha um prazo de 10 dias e a Comissão de Fiscalização prazo de 15 dias, a partir da chegada desses documentos para analisar e dar parecer o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida a presidente pede esclarecimento com relação equipe do CEREST não estar completa. O Conselheiro João Carvalho Parrião disse que os funcionários que tinham conhecimento que estavam lotados no CEREST saíram, alguns a pedido, outros eram contratados e foram exonerados por conta da mudança de horários e outros. O Sr. Manoel Lages finalizou sua fala dizendo que esse momento foi um bom início para que possamos solucionar essa pendência, fazer com que a comissão encaminhe para a CISTT Estadual esses documentos, para que possamos estar acompanhando a forma como está sendo gerido o recurso federal passado para o município, mas que é pra atuar em mais de

quarenta municípios, não é só para Imperatriz e pelo que observou está sendo utilizado só no município de Imperatriz e vamos ver se a partir desse ajuste possamos ter dias melhores no CEREST. O Conselheiro Jurandi Mesquita disse que o dinheiro que vem para o CEREST não é controlado pelo Setor e quando se pede a documentação não aparece, as coisas devem ser tratadas com seriedade e acha que esse fato da Prefeitura pegar o dinheiro e não liberar para o que deve ser feito deve ser denunciado ao Ministério da Saúde que é de onde vem o dinheiro, porque depois quem leva a culpa é o CEREST que não vê nem a cor do dinheiro. A presidente aproveita a presença do representante da CISTT Estadual e informa que a gestão fez um protocolo de como deverá ocorrer as solicitações de viagens dos membros deste conselho. Coloca que temos que preencher um relatório de viagem para que seja aprovado a próxima viagem. Quem viajar e não apresentar relatório de viagem não terá aprovação para próxima viagem. É importante que estejamos antenados quanto a isso para não termos problemas em realizar nosso papel de controle social. Quanto às solicitações de viagens da CISTT, que seja enviado ofício com antecedência dizendo quem vai, quantidade de diárias, dia e horário da viagem para evitar qualquer transtorno. O Conselheiro João Carvalho Parrião comentou que com relação às limitações de quilometragem (150km) das viagens do CEREST, o mesmo fez o levantamento a pedido do Dr. Alair e entregou na SEMUS, mas até o momento nada foi resolvido. A presidente disse que a CISTT tem que enviar uma cópia ao conselho de toda solicitação feita à SEMUS, para que possamos fortalecer as cobranças e que os documentos expedidos da CISTT sejam com cópia para o CMS para evitar os vácuos de comunicação. 3º PONTO: CAF – Comissão de Atenção Farmacêutica e Terapêutica; O Conselheiro Manoel Alves, Presidente da Comissão de Fiscalização informa que foi enviado ao CMS à prestação de contas referente ao ano de 2017 e continua no conselho porque pedimos diligência dessa documentação completa e a comissão precisa de processos físicos de pagamentos para poder confrontar o que está nos relatórios e processos. Foi feito documento para o Setor de Contabilidade e até o momento não recebemos resposta e estamos no aguardo. A Coordenadora da CAF – Comissão de Atenção Farmacêutica- Dra. Bruna se manifestou dizendo que recebeu um ofício do Ministério da Saúde em 30 de maio e em 10 (dez) dias esse processo de prestação de contas da CAF foi realizado e enviado para o gabinete. Tem um formato de prestação de contas e tudo que é de competência da Assistência Farmacêutica foi feito. Dra. Bruna disse que foi procurada pelo Setor de Contabilidade que lhe disse que isso é de competência da Assistência Farmacêutica, mas o preenchimento da planilha foi feito sim pela Assistência Farmacêutica realizado no prazo, mas essa análise fiscal não é nossa. A Conselheira Francineide Pereira Alves comentou que a Comissão de Fiscalização tem tido muita dificuldade de receber da Contabilidade os processos para as fiscalizações. Dra. Bruna colocou que o Ministério da Saúde pediu o relatório de 2016 e 2017 e a maior dificuldade encontrada é no ano de 2016 até porque assumiu em 2017, então não tem como fazer o planilhamento desse ano. A Presidente pede que o Assessor Jurídico do CMS

que no documento será feito para o CEREST, se estenda para os demais e deixar claro a obrigação da gestão de estar fornecendo esses documentos, estipulando inclusive os prazos para que possamos estar exercendo com legitimidade nosso papel. O Conselheiro Manoel Alves concorda com a Presidente e não é só com o CEREST que recebe recurso Federal, mas todos os outros programas que recebem recurso com rubrica carimbada que só pode gastar dinheiro com aquele setor e passar a prestação de contas pelo Conselho porque essa é a primeira recomendação do Ministério da Saúde. Nesse momento a Presidente relatou que o pessoal da UPA estava querendo a Resolução da aprovação da mesma pelo Conselho e não tem, pois o projeto não foi apresentado ao conselho na época. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol pergunta por que está faltando medicação para os usuários em geral e em especial os da Saúde Mental, pois muitos não têm condições de comprar seus medicamentos. Dra. Bruna respondeu dizendo que já alguns meses estão tendo essa dificuldade de abastecimento principalmente na Saúde Mental. Os pedidos são feitos mensalmente, só que as medicações não chegam. Mas agora o setor de processos está notificando o fornecedor baseado nas faltas e tem os fiscais de contratos que é quem notifica a empresa. Comentou também sobre o programa na HÓRUS que observa toda entrada do recurso da União que vem para aquisição de medicamentos repassada ao município e controla os pedidos e as solicitações e tudo que é registrado aqui no nosso município, automaticamente é em transmissão simultânea para o Ministério da Saúde. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol disse que é o usuário que sofre com a falta desse medicamento e deve ser resolvido, se não estão entregando os medicamentos no prazo, contrate-se outra empresa e compete a Comissão de Rede estar acompanhando também essa questão de medicamentos e ver por que esse fornecedor não foi penalizado por não cumprir com o que se comprometeu na licitação. 4º PONTO: Projeto Intercâmbio. Com a palavra o Enfermeiro Victor Bachellet, Coordenador da Enfermagem da Rede de Saúde Mental, faz parte da equipe técnica do Projeto e veio esclarecer alguns pontos do Projeto Intercâmbio da Saúde Mental que é totalmente diferente do que foi em 2014 do InovaSUS. Disse que na gestão passada o projeto está com pendências com o Ministério da Saúde, mas conseguiram retornar suas atividades. Tiveram que fazer uma remodelação porque só temos 6 (seis) meses para executar e não deixar o recurso voltar. Foi feita uma emenda, vamos continuar com a mesma metodologia, vamos atingir mais profissionais e ficou de passar uma cópia da sua apresentação ao CMS, pois aqui está uma comparação do que foi antes para o que está sendo agora. O Conselheiro Manoel Alves disse que esse projeto foi encaminhado ao Conselho onde foi analisado e feito alguns questionamentos. Victor Bachellet disse que além do que estava pactuado, colocaram para o início de setembro acontecer uma Conferência Regional de Saúde Mental a fim de reunir todos os municípios para essa prova de teste e que em novembro será realizado o 1º Congresso Internacional de Promoção a Saúde Mental em Imperatriz apoiado junto a OPAS. A fonte do recurso é um financiamento no valor de R\$70.000 (setenta mil reais)

da Organização Pan Americana / MS dividido em 03(três) parcelas. Foram indicados 3 (três) preceptores, que são pessoas que vão estar a frente do projeto: Robson Mariano (Coordenador do CAPS AD), Tayane Serqueira (Coordenadora da Residência Terapêutica) e Victor Bachele (Coordenador da Enfermagem da Saúde Mental). A conselheira Silvana Pitol perguntou se algum desses nomes são pessoas concursadas por que se costuma ver investimento em pessoas contratadas e às vezes nem termina o mandato da gestão os mesmos saem o conhecimento vão junto com elas e o serviço Sten. Acredita que um investimento desse seria interessante que tenha um funcionário concursado para que os próximos que viessem, eles pudessem estar repassando o que aprendeu. O Enfermeiro Victor Bachele respondeu que não, porém, que a cartilha não especifica essa questão de concursado ou não, a questão é a responsabilidade da pessoa com o projeto. Os quatro instrutores vão ajudar na construção do projeto e pode ser qualquer funcionário da rede e vão receber a bolsa também, só não vão estar de frente. Disse que esse projeto vai acontecer uma única vez, vão executar e encaminhar os relatórios e a importância é esse intercâmbio. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que não conhece nenhum desses nomes dos preceptores e na Saúde Mental tem profissionais de carreira que a seu ver tem interesse de participar e perguntou qual a experiência que os indicados têm na saúde mental. Disse ainda que ficou feliz com a indicação da Marília que é uma funcionária de carreira e foi nomeada Diretora do HMI. O Sr. Victor Bachele disse que as pessoas indicadas são profissionais que já estão dentro do serviço e como foi orientado pela Sra. Marília do Ministério da Saúde de que as pessoas da preceptoría deveriam ser pessoas que realmente vestissem a camisa e fossem de confiança da Coordenação técnica e foi definido em uma reunião com Dr. Alair Firmiano, Isabel Myriam Macedo e a Coordenadora do Saúde Mental – Maria Aparecida Alves. Com relação aos instrutores vamos fazer um processo seletivo aberto para que todos possam participar. A Presidente ressalta que a Rede da Saúde Mental tem passado por uma intensa rotatividade em suas coordenações, que quem está assumindo são pessoas que não temos segurança se vão continuar ou não a fazer parte desse serviço e esse fato traz grande preocupação a esta casa. Afirma ainda que a rede tem pessoas capacitadas e que vem vestindo a camisa da Saúde Mental há muitos anos e sem receber nenhum reconhecimento ou bonificação por isso e que poderiam fazer parte dele; e pergunta quais os critérios foram utilizados na escolha dos preceptores. A Conselheira Silvana Pitol pergunta se há alguma dificuldade de estarem colocando pessoas concursadas nessas três vagas de preceptores. A Presidente disse que o projeto está sendo apresentado e como conselheiro podemos sugerir a inclusão de concursados como preceptores. A Sra. Maria Aparecida Alves fez uma explanação dizendo que esse projeto é antigo e o que é relatado sempre é que a saúde mental ganhou um prêmio, porém esse prêmio não foi a saúde mental que ganhou e sim o município em nome da saúde mental porque o projeto saiu de lá. Em relação a questão técnica de estarem envolvidos no projeto, é bem claro a comunicação do Ministério Público que quem decide quem vai estar a frente é o Coordenador Técnico. Dr. Alair Firmiano sugeriu

que eu assumisse esse projeto e que este conselho está dificultando as ações de saúde debatendo algo que não compete a ele. Que o projeto Engrenagens que estava em execução e não foi concluído, o pessoal teriam que devolver verbas. Por conta disso tínhamos um prazo muito curto para se fazer todas as ações e pra não devolver a verba, assim, entraram em contato com o pessoal do Ministério da Saúde pedindo um protelamento do tempo. Hoje temos a primeira parcela depositada, porém, está bloqueada e logo que desbloquear daremos início às ações. As outras parcelas só virão depois que começar a utilizar essa primeira parcela. Depois de conversar com Dr. Alair Firmiano foi que escolheu os preceptores e chegou a um consenso de dar oportunidade aos funcionários participarem, uma vez que o carro chefe da saúde mental é a Atenção Básica e quanto mais pessoas estiverem envolvidas será melhor e não tem nada dizendo que o que estão fazendo tá errado. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que queremos apenas que os preceptores sejam três pessoas concursadas, não estamos contra o projeto e nem contra as indicações. A Conselheira Silvana Pitol sugere que entre esses três preceptores tenham concursado de carreira e com experiência. O Conselheiro Manoel Alves disse que esse foi o questionamento da Comissão, agora depois de ouvir os conselheiros, vamos anotar os questionamentos e fazer o relatório. A Presidente disse que a saúde mental deve ser mesmo discutida, aprendida, os projetos devem acontecer sim para fortalecer a rede, porém ressalta que a função deste conselho é justamente fiscalizar as ações para que elas ocorram de maneira efetiva e transparente, pois não podemos correr o risco de cair-nos mesmos erros como aconteceu com o projeto Engrenagens, e por isso solicita a inclusão de profissionais concursados como preceptores para que independente de qualquer coisa o projeto tenha condições de ser concluído. Após várias falas de outros conselheiros, a Sra. Maria Aparecida Alves disse vai adequar o projeto e colocar todos os três preceptores pessoas concursadas. Diante disso o Conselheiro Manoel Alves, Presidente da Comissão de Fiscalização disse que já que a sugestão do Conselho foi acatada com a inclusão de Zaira Karan (Coordenadora do CAPS – II) e Raymara Costa (Coordenadora do CAPS III), sugere que o Conselho aprove o Projeto, ficando de ser documentado no conselho o que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. 5º PONTO: Implantação de 05 salas de estimulação no NASF. A Coordenadora do NASF, Sra. Ana Paula, fez uma breve explanação da programação que não foi colocada dentro da PAS – Programação Anual de Saúde do NASF no início do ano e agora quer que seja inclusa por conta de um recurso que já está na conta do município para se trabalhar a implantação de 05 (cinco) salas de Estimulação Precoce em Crianças na Atenção Básica, sendo uma para cada NASF conforme a Portaria nº 3.502, de 19 de dezembro de 2017 e solicita a apreciação do CMS. A Renata Costa, Coordenadora do Programa de Saúde da Criança e do Adolescente, iniciou sua fala discorrendo dizendo que em 2015 ocorreu um surto de Zika e consequentemente a microcefalia, e a região de Imperatriz teve vários casos de microcefalia e no momento tem 16 casos notificados e pensando nesse surto o Ministério da Saúde criou essas salas de estimulação precoce para o NASF que é o Núcleo Ampliado Saúde da

Família. Como aqui em Imperatriz temos cinco Núcleos, espalhados por 5 distritos sanitários sendo, MILTON LOPES, SANTA RITA, CAFETEIRA, VILA NOVA e VILA LOBÃO então, essas salas seriam instaladas uma para cada núcleo e os profissionais da Unidade identificam as crianças que precisam desse atendimento e encaminha para os colegas, pois já estão sabendo do local e horário que eles estarão atendendo naquela sala. Vão tirar um dia na semana para estar atendendo esse público específico. Teremos nesses atendimentos fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e outros. Esse recurso é para a compra de material ligados a questão da estimulação, e como no início do ano não houve essa previsão na PAS – Programação Anual de Saúde o que impossibilitaria a compra sem essa inclusão, solicitamos que seja aprovado a nova meta de ação do Plano Anual de Saúde para a implantação de 05 salas de estimulação precoce na Atenção Básica (uma para cada NASF conforme Portaria nº 3.502, de 19 de dezembro de 2017) em Imperatriz – Maranhão. Após todos os esclarecimentos foi colocada a proposta em votação que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. 6º PONTO: Informes da Saúde. A Conselheira Francineide pereira Alves informa que no mês de abril do corrente ano, a mesma trouxe a solicitação para que o CMS aprovasse que o Posto de Saúde da Cafeteira, depois da reforma tivesse o nome da servidora Maria das Graças Viana, e a reforma já está sendo concluída, portanto solicita que o Conselho envie documento ao Prefeito Municipal – Francisco de Assis Ramos lembrando dessa solicitação do conselho de que a servidora Maria das Graças Viana seja homenageada tendo seu nome naquela Unidade de Saúde. Todos foram de acordo. Informa ainda que o Dr. Cloves, Médico de demanda do Conjunto Nova Vitória, atende dois dias na semana apenas quinze pessoas. O Conselheiro Manoel Alves Pereira representante da gestão disse que amanhã mesmo ele será notificado. A Conselheira falou ainda que a falta dos exames de ressonância está refletindo no seu trabalho e pelo que a Coordenadora do Saúde Mental falou aqui, dá para entender que estávamos fazendo celeuma, mas temos que apontar as falhas e que lá na Saúde Mental continua faltando medicação e sem médico. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que a UNI RAD já está funcionando, só que ainda vai levar uns dias para ficarem na normalidade esses exames que também está sendo realizado aos sábados em outro local. A Conselheira Silvana Pitol informa que as cirurgias de catarata do Dr. Alberto Madeira dos pacientes com diabetes foram suspensas por falta de pagamento e sem data para voltar a atender. Isso causa problema sério com o gasto dos exames, porque tem exames que não faz pelo SUS e isso reflete na sociedade. Que a UPA do São José continua sem realizar raio X, um dia não tem a película, noutro não tem o líquido, ou seja, falta insumos para manutenção da máquina. Ficou de fazer documentos pedindo a solução desse caso. A Conselheira Lucília disse que tem uma pessoa da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita que está morrendo por falta de uma Perineoplastia, porque o médico que pode 7tende-la disse que não vai fazer a cirurgia sem a tela, por isso o risco de vida. A mesma já fez seis cirurgias, não consegue andar e segundo informações essa tela não é fornecida pelo SUS. A Presidente disse que nesse caso ela tem que dar

entrada na Defensoria Pública para que o mesmo solicite do Estado a compra da tela, pois todas as cirurgias ginecológicas quem está responsável é o Estado e acredita que estão sendo realizadas no Macro Regional. Informou ainda das férias da Secretária Executiva do CMS. Passamos para a Sra. Isabel Myriam Macedo essa situação solicitando em ofício um profissional, pois é de responsabilidade da SEMUS prover o serviço de manutenção do conselho e ela falou que vai enviar uma pessoa para ficar no CMS durante esses período e pede o entendimento e colaboração de todos. Informa que a Comissão de Rede teve um membro que foi substituído e precisamos saber se tem algum membro representante dos Prestadores/Gestores que queira ocupar essa vaga para que se reúnam e eleja o novo presidente e relator da comissão, bem como fazer a escala para que uma vez na semana tenha atividade nas Unidades de Saúde Públicas e Privadas. A Conselheira Acilea Nascimento Pereira indicou seu nome para compor a referida comissão e todos foram de acordo, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 12 de julho de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLAÚDIA BRAGA SANTOS SILVA

SILVANA LIMA DA COSTA PITOL

ERCY M^ª DO NASCIMENTO CHAVES

FRANCINEIDE PEREIRA ALVES

FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

LUIS GONZAGA CORREA NETO

JURANDI MESQUITA

LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE

RAIMUNDA DOS SANTOS

M^ª TAMAR TORQUATO C. SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

MARIA APARECIDA ALVES

MARILENE BRITO DA SILVA

ROSIMAR MELO TELES

ANTONIO RODRIGUES SILVA FILHO

LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA

Acilea S.N. Pereira
Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia B.S. Silva

Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves

Francisco Neto Ferreira da Silva
João Carvalho Parrião

Jurandi Mesquita
Livia Bustamante

Manoel Alves Pereira

Marilene Brito da Silva
Rosimar Melo Teles

Lucília do Nascimento Lima

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em
09/08/2018.

Às quatorze horas, do dia 09 (nove), do mês de agosto do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Foi justificada a ausência dos Conselheiros: Silvana Lima da Costa Pitol, Maria da Conceição de Sousa Silveira. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Livia Mª Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Obras; 3º PONTO: Ad Referendum do Projeto de Implementação da Estratégia dos ACS's de Imperatriz; 4º PONTO: Programação Anual de Vigilância em Saúde 2018; 5º PONTO: Hemodiálise; 6º PONTO: Comissão para adequação do Regimento Interno do CMS e 7º PONTO: Informes da Saúde. Iniciou-se pelo 1º PONTO: **Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Presidente do CMS. Após a leitura, colocada em votação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. 2º PONTO: **Obras.** Com a palavra o Sr. Dionatas Alves de Oliveira, responsável pelo Departamento de Engenharia disse que a demanda é grande e esse Setor possui 11 (onze) pessoas em sua equipe. Apresentou em DataShow as obras de reforma, ampliação e construção das UBS/ SEMUS, bem como as concluídas e as que estão em construção. Informou que as obras maiores são feitas pela QualiTec e as obras menores a equipe da SEMUS é quem realiza. Após a apresentação, a Presidente informa que quando o Prefeito esteve aqui foi feita uma proposição de alteração do nome do Posto da Vila Cafeteira para homenagear a ex - servidora MARIA DAS GRAÇAS VIANA SILVA trabalhadora do Posto de Saúde da Cafeteira e moradora desse bairro há muitos anos e por ter sido uma das funcionárias pioneiras no atendimento ao usuário em seu domicílio através do PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) atuando com técnica em enfermagem e melhorando muito a qualidade da assistência à saúde daquela população, passando a se chamar UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA DAS GRAÇAS VIANA SILVA, foi encaminhado ao gabinete do Prefeito ofício formalizando o pedido e que estamos aguardando a resposta. Na ocasião, o Prefeito se comprometeu em alterar o nome do Posto de Saúde da Cafeteira, caso não houvesse nenhum impedimento. Assim, a presidente pergunta ao Sr. Dionatas Alves se esse pedido foi acatado. O Sr. Dionatas Alves orientou que se fale com a Coordenadora da Atenção Básica, Sra. Sormane Branco sobre essa questão, pois o mesmo respondeu que em relação a identificação do nome das Unidades, ele recebe dos Coordenadores a escrita da

placa já com o nome. A Conselheira Ana Cláudia Braga Santos Silva quer saber se nessas reformas houve inclusão de acessibilidade, barras nos banheiros, rampas, portas e outros, pergunta isso porque no canteiro feito lá no Conjunto Vitória não tinha nenhuma acessibilidade, conversaram com o responsável pela obra mostrando a importância da rampa para cadeirantes e ele simplesmente ignorou. E no momento que o Prefeito foi lá olhar a obra a mesma mostrou para ele a falta de rampa e no dia seguinte já tinha o pessoal tomando as providências. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que se pode requerer tais adequações de acessibilidade sejam colocadas dentro do contrato e que conste um atestado da VISA – Vigilância Sanitária. O Sr. Dionatas Alves disse que estão fazendo adaptações, trocando todas as portas das Unidades de Saúde só não avançaram nas Unidades onde as casas são alugadas. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, onde os Conselheiros Ana Cláudia Braga e Hélio José Bertoldo da Silva sugerem que a Vigilância Sanitária do município esteja fazendo uma vistoria nas Unidades Básicas de Saúde e que conste um atestado sanitário da VISA. A Sra. Presidente aproveitou para pedir uma sede adequada para a VISA, pois a mesma está funcionando em local inadequado, sem os insumos necessários. O Sr. Dionatas Alves informa que já está sendo providenciado um local adequado no prédio onde funcionava a casa da Cultura que está sendo reformado para a VISA. Com relação ao estacionamento da SEMUS foi solicitado vaga para os carros dos Conselheiros e o mesmo disse que vai ser atendido nossa solicitação. **3º PONTO: Ad Referendum do Projeto de Implementação da Estratégia dos ACS's de Imperatriz.** A Presidente falou da solicitação do Ad Referendum no sentido do Projeto de ampliação dos ACS – Agentes Comunitários de Saúde, essa solicitação se deu por conta do mesmo ter que ser apreciado na reunião da CIB – Comissão Intergestora Bipartite que está sendo realizada paralela a esta reunião e precisávamos de celeridade para apreciar desse projeto. Com a palavra a Dra. Tânia Sueli falou da defasagem de Agentes Comunitários de Saúde e que desde 2017 está sendo feita a territorialização, pois sabemos que a base de todos os serviços das Unidades Básicas de Saúde é o ACS e esse projeto é para que venha o recurso e o município passe a ter uma cobertura de 100% de ACS's. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que esse projeto está na contra mão com o corte que foi feito pelo Ministério da Saúde com o descredenciamento dos ACS. Dr. Tânia Sueli disse que o descredenciamento foi nacional, mas existia um crédito do Ministério da Saúde para o município em relação aos ACS's e Imperatriz era um deles, independente de ser descredenciado ou não temos o interesse de que a cobertura no município seja 100% porque isso vai é favorecer o nosso município. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa quer saber se o seletivo que foi feito vai ser aproveitado. A Presidente informa que segundo o edital do seletivo, ele tem validade de 02 (dois) anos e acredita que, com essa aprovação, vamos conseguir chamar os do seletivo. Pede também a atenção dos representantes da gestão aqui presentes para que todo projeto

que for envolver despesas/recursos, passem por essa casa. Em seguida coloca em apreciação o Projeto de Implementação da Estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Imperatriz a fim de ampliar a cobertura no município, o que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. **4º PONTO: PAS - Programação Anual de Vigilância Sanitária / 2018.** Com a palavra a Sra. Márcia Figueredo Coordenadora da VISA – Vigilância Sanitária, que apresentou em Datashow a PAS - Programação Anual de Vigilância em Saúde / 2018 onde disse que algumas ações já foram alcançadas e fez uma longa explanação sobre as ações realizadas. Vários conselheiros questionaram do porque não terem realizado outras, onde foi justificado de que certas ações ficam sem serem realizadas pela falta de veículo e demais materiais. Que no momento a SEMUS está com dificuldades de fornecer o carro, por exemplo, e ressaltou que tem um veículo que foi doado pelo Ministério Público, mas já tem muitos anos de uso e está gerando muitos gastos com a manutenção e no momento está parado no pátio da SEMUS, e que o outro que estão utilizando, foi cedido pela Secretaria Municipal da Fazenda, tornando difícil a realização do trabalho em um só carro para atender toda a demanda da cidade. Faltam equipamentos para realizar as ações, e material de apoio para ações em conjunto. Após todas as explicações, vários conselheiros fizeram uso da palavra iniciando pela Presidente do CMS que disse que a VISA é indispensável para a manutenção da saúde das pessoas, mas se entristece porque dentro da saúde, a VISA é o único órgão arrecadador de recursos, sendo assim, a própria VISA deveria se manter, e que não consegue entender como um órgão arrecadador que preserva a saúde de todos nós, está numa situação dessas sem carro e equipamentos para trabalhar, instrumentos indispensáveis para que venha a arrecadar recurso para o município e que possa manter a saúde da população. Acredita que esse Conselho precisa se posicionar para que eles tenham condições de trabalho. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa sugere que a VISA faça levantamento do que eles arrecadam. A Presidente sugere que se faça documento solicitando da VISA o levantamento dos recursos arrecadado do período de 2017 e 2018, bem como a projeção de arrecadação caso tivesse os insumos necessários, para que se abra um diálogo para discussão com a gestão. Nesse momento o Sr. Alexsandro Freitas, Coordenador do SAMU 192 disse que vai fazer a doação de uma ambulância para a VISA, mas antes tem que descaracterizar o veículo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que de posse desse documento que a VISA vai enviar para o CMS, possamos solicitar da gestão o funcionamento adequado da mesma. O Conselheiro João Carvalho Parrião fez um breve comentário também questionando as condições de trabalho de VISA e que a mesma tem poder de polícia e não tem carro para desenvolver suas atividades. Em seguida a Presidente do CMS colocou em votação a Programação Anual de Saúde da Vigilância Sanitária do município de Imperatriz Maranhão, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. **5º PONTO: Hemodiálise.** A Sra. Roberta Venâncio iniciou falando

do trabalho que o município faz em transportar pacientes que fazem tratamento de hemodiálise e está tendo dificuldades com a questão dos carros que não são suficientes, contamos apenas com duas vans que funciona nos dois turnos. A SEMUS tem um contrato com a empresa de carros que atualmente tem 92 pacientes cadastrados, 75 transportados e 17 na espera, as vans possuem 16 lugares, mas somente oito pacientes são atendidos por conta dos acompanhantes e só surge vaga por falecimento. No entanto, todos os dias chegam solicitações e mandados judiciais, porém não temos condições de atender com a logística atual. Temos outra preocupação devido à mudança da CNI para a Avenida Pedro Neiva de Santana, que ficou mais distante e os pacientes que poderiam ir de bicicleta ou a pé agora terão um gasto. A Presidente informa que chegou ao CMS reclamação de pessoas que precisam desse transporte e não conseguem por falta de vaga e daí foi buscar informação com a Sra. Roberta Venâncio que é responsável pelo setor. A mesma explicou que em Imperatriz é que fica a sede de tratamento de hemodiálise e os municípios vizinhos fazem as pactuações desses pacientes e trazem para serem atendidos. Os outros pacientes vendo isso começaram a pleitear esse serviço também e aí foi onde o município fez esse contrato e começou a administrar essas conduções. Na portaria que regula esse serviço não fala nada sobre o transporte de pacientes, porém é um serviço prestado aos usuários a muitos anos e é complicado o município fazer mais um contrato de carro, assumindo um compromisso que não é seu. Diante do exposto propõe que no lugar do acompanhante tivesse um profissional que tenha conhecimento técnico para fazer a assistência caso alguém passe mal e apresentaria essa proposição para o Ministério Público com todas as justificativas. O Conselheiro Hilário José Bertoldo da Silva acha que essa discussão não é função do CMS e sim da Assistência Social. O Sr. Sr. Alessandro Freitas disse que realmente é uma problemática antiga e deve ser colocado no contrato com as clínicas que recebe o paciente essa responsabilidade do transporte e comentou que ainda que tem 08 (oito) ambulâncias em perfeito estado e dessas oito, três vão ficar de reserva caso alguma ambulância dê problema e as outras cinco ele fará doação e finalizou dizendo que acredita que a Clínica que cuida do paciente é que deve ser responsável pela condução dos mesmos. A Presidente disse que seria bom que se incluísse esses termos no contrato de prestação de serviço, porém nos que estão vigentes, esta cláusula não existe e pede a Sr. Roberta Venâncio que faça um documento elencando todos os pacientes por horário com seus acompanhantes para que se inicie esse diálogo com a SEMUS até que se chegue a uma solução. **6º PONTO: Comissão para adequação do Regimento Interno do CMS.** A Presidente do CMS colocou que foi convocada uma reunião com a Comissão de Acompanhamento da Rede porque precisávamos escolher o Presidente e o relator. Foi eleito o Conselheiro Jurandi Mesquita como Presidente e o Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto como Relator da Comissão de Rede. Disse ainda que precisamos regulamentar o funcionamento dessas comissões e para

isso temos que formar uma comissão para estar vendo a questão do Regimento Interno do CMS e melhorar as funcionalidades das Comissões e pergunta quem se dispõe a fazer parte desta Comissão de Regimento Interno. Foram indicados os seguintes Conselheiros: Manoel Alves Pereira, Livia Oliveira Bustamante, Hélio José Bertoldo da Silva, Albane Freitas de Sousa e Adina Santos Nascimento Pereira o que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que tanto a Lei, quanto o Regimento Interno tem que ser melhorado. **7º PONTO: Informes da Saúde.** A Presidente do CMS fez a devolutiva dos assuntos discutidos na reunião passada e em relação ao Raio X foi enviado documento para UPA do São José e eles disseram que está tudo funcionando. Que a Sra. Isabel Myriam Macedo do Setor de Planejamento da SEMUS enviou documento ao CMS informando que o SIOPS está inoperante. Que foi disponibilizado para o Hospital Municipal 30 (trinta) ressonâncias só para pacientes internos, e que essa é mais uma vitória do CMS. Informa que as reuniões que acontecem quinzenalmente com o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano onde se fazia as demandas não estão acontecendo. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que o Secretário Adjunto Dr. Marcondes Carneiro ficou de participar de todas as reuniões do CMS, porém não compareceu. A Presidente acredita que as reuniões devam continuar acontecendo mesmo com a presença do Dr. Marcondes Carneiro nas reuniões do CMS, porque há situações que não são resolvidas aqui. O Sr. Alessandro Freitas, Coordenador do SAMU 192 informa que o SAMU 192 Regional de Nova Imperatriz fechou uma parceria com a Escola Técnica do SUS ETSUS/MA e essa parceria visa levar o projeto do Samuzinho para as demais regiões do Estado do Maranhão. A primeira fase inicia agora no Pronto Socorro do Hospital Municipal e do Pronto Socorro da UPA do São José onde serão capacitado todos os profissionais Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros para o atendimento via protocolo aceito no Brasil e no mundo aos casos de pacientes em Parada Cardíaca e Cardiorrespiratória que dessa forma, profissionais capacitados e treinados oferecerão aos pacientes uma assistência de qualidade e conseqüentemente maior sobrevida. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pede que haja capacitação também para a urgência e emergência do Hospital Municipal dessa empresa que presta serviço dentro do hospital. O Conselheiro Albane Freitas de Sousa comenta que devido a tantos acidentes no trânsito sugere que se tenha uma campanha de conscientização no sentido de ajudar os carros do SAMU e SETRAN chegar com mais facilidade no local para prestar socorro. O Sr. Alessandro Freitas disse que isso é importante para a população dar preferência aos carros oficiais como ambulância, SAMU Polícia, Bombeiros, SETRAN e outros. O Conselheiro Manoel Alves Pereira informa que a Comissão de Fiscalização se reuniu e tomaram alguns encaminhamentos e solicita que esta plenária conceda uma reunião extraordinária, exclusiva para tratarmos de assuntos da comissão. E que nessa reunião as Coordenações dos Programas venham para apresentar o que consta

na sua Programação Anual de Saúde - PAS, bem como apresentar as ações que já foram desenvolvidas. Queremos também um planejamento que venha mostrar o que consta na macro região de Imperatriz, os municípios, quais os serviços que estão pactuados com Imperatriz, dentre outros e trazer para o plenário o Relatório da Atenção Farmacêutica, onde todos os processos foram analisados. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva sugere que o mesmo faça essa reunião da Comissão de Fiscalização com esses Coordenadores e convida o Conselho para participar. A Presidente do CMS disse que a PAS já foi aprovada e que nesse momento a discussão é o Plano Plurianual. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 9 de agosto de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ALINE MARQUES BORGES ALVES
ANA CLAÚDIA BRAGA SANTOS SILVA
ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARILENE BRITO DA SILVA
RENATA HERNADES LEAL
ROSIMAR MELO TELES
SAMARA LIMA FERREIRA

Acilea D.N. Pereira
Albane Freitas de Sousa

Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves

Jurandi Mesquita
Livia D. Oliveira Bustamante
Lucilia do Nascimento Lima
Manoel Alves Pereira

Rosimar Melo Teles
Samara Lima Ferreira

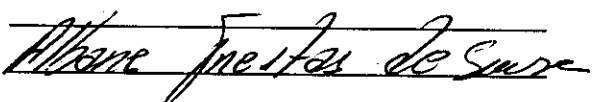
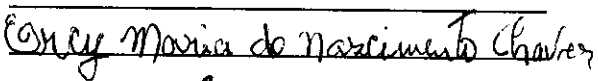
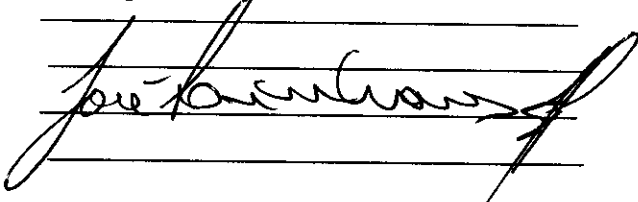
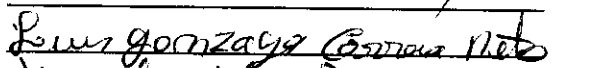
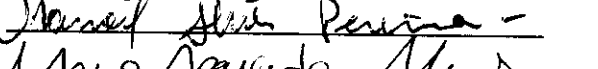
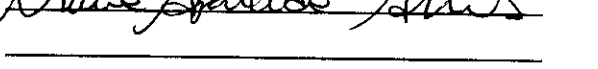
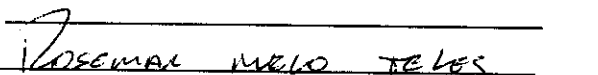
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS-
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO, em 27/09/2018.

Às quatorze horas, do dia 27 (vinte e sete), do mês de setembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório do CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Lívia Maria Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, informou que a pauta consta dos documentos que foram entregues a Comissão de Fiscalização para análise e esta reunião foi convocada pela Comissão de Fiscalização que já se reuniram e analisaram o Relatório do Primeiro Quadrimestre/2018 e PMS – Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021. Foi indicado pela Comissão de Fiscalização alguns programas para estarem apresentando suas programações, fator indispensável para que haja lisura e transparência nos processos da administração pública a qual o Secretário de Saúde – Alair Firmiano tem que prestar contas nos sites e sistemas do Ministério da Saúde, por isso que é importante a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o Presidente da Comissão de Fiscalização, o Sr. Manoel Alves Pereira que organizou as apresentações sendo estipulado 15 (quinze) minutos para apresentação e 15 (quinze) minutos para os questionamentos como segue: Programas: 1 - ATENÇÃO BÁSICA: Programa de Atenção à Mulher e Programa de Controle do Idoso. 2 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE: IST/AIDS e Imunização. 3 - ALTA COMPLEXIDADE: HMI, HII e UPA São José. 4 - SAÚDE MENTAL: Ações Primeiro quadrimestre e 5 - PLANEJAMENTO: PDR- Plano Diretor de Regionalização. Deu-se início as apresentações por ordem de chegada, sendo o primeiro a fazer sua apresentação foi a Sra. Maria do Socorro Ribeiro - Coordenadora da Imunização que fez algumas observações das informações perdidas e inclusive a de que o Ministério da Saúde está fazendo as cobranças de vacinas que foram feitas, mas que não foram registradas no sistema, mas o departamento está recebendo apoio e vai melhorar. Quer que seja feita a implantação online para evitar perda de dados. Após sua explanação houve vários questionamentos por parte dos Conselheiros e com relação à cobertura vacinal de 96% a Presidente do CMS parabenizou a equipe, pois sabe das dificuldades para chegar a esse percentual, pois foram poucos os municípios que alcançaram as metas estipuladas pelo Ministério da Saúde. A Sra. Priscila Aparecida Correia, da Divisão Municipal de Saúde da Mulher, fez uma breve explanação sobre suas atividades realizadas, justificou a queda da produtividade da Divisão se dar pela reforma ampla que o prédio que está sendo submetido. Que durante esta reforma houve um curto circuito onde vários aparelhos foram danificados

prejudicando ainda mais a oferta de alguns serviços à sociedade, mas que já foi levado esse problema ao secretário onde o mesmo está providenciando sanar esta dificuldade com a aquisição de um novo aparelho. Aproveita para divulgar a Campanha Outubro Rosa do município. A próxima Coordenadora a apresentar foi a Dra. Giselly Vieira Gomes, Coordenadora da Vigilância em Saúde que compõe 18 (dezoito) coordenações e hoje está representando a Coordenação do setor de DST-AIDS e HIV. Após suas explicações o Conselheiro Luís Gonzaga Correa Neto fez um breve comentário sobre a redução do número de cestas básicas que tá bem inferior em relação ao número de pessoas que realmente precisam, comentou sobre medicação, preservativo e outros pontos solicitando melhoras. A Presidente do CMS falou que a falta de preservativo é de responsabilidade do Estado em repassar e que não é falta de cobrança. Nesse momento a Sra. Carmelúcia Almeida - Administradora, representante do HMI – Hospital Municipal de Imperatriz iniciou falando das reformas realizadas e demais atividades. Após sua apresentação a Assessora de Planejamento Isabel Myriam Macedo disse que os recursos do HMI e HII são insuficientes e limitados para uma demanda ilimitada, dificultando a manutenção e custeio de toda a estrutura de atendimento, pois sendo uma unidade de saúde porta de entrada de urgência e emergência, habilitado ainda em alta complexidade em neurologia, atualmente é considerado tipologia II, recebendo por esse critério o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de incentivo para composição do TETO MAC, perfazendo um montante de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) ano. Sendo importante destacar que atendemos uma demanda enorme, em torno de 60 (sessenta municípios) dentre estes os que estão contemplados na PPI e os que não estão, causando verdadeiro colapso na porta de entrada, pois passa-se a atender uma população referenciada maior que a nossa capacidade. Não distante dessa grave situação, ainda somamos um uma perda de quase sete milhões pela portaria 1070 de 2017, quando, após visita técnica realizada no final de 2016 pelo Ministério da Saúde, constatou-se um vazio de leitos de retaguarda clínica, aprovados desde 2013, e que não existiam de fato nas dependências do HMI. Hoje estamos custeando, com anuência do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS PRÓPRIOS, os dez novos leitos de UTI TIPO II ADULTO, sendo que os demais leitos de UTI mantidos na rede de saúde sob gestão municipal, são financiados pelo Ministério da Saúde, não tendo nenhuma contrapartida de recursos do Estado para manter esses leitos, que geram em média um gasto / dia de três mil reais, e para aqueles já habilitados junto ao Ministério recebemos R\$ 140.721,00 (cento e quarenta mil, setecentos e vinte e um reais) mês, conforme PLANO RAU 2013 / Ministério da Saúde. Disse que se disponibiliza junto ao conselho para mostrar os números desse financiamento, podendo ser uma oficina que integraria ainda a apresentação do PDR – Plano Diretor Regional e o atual PRI – Plano Regional Integrado que o Estado está discutindo a partir da resolução CIT – 037. Hoje pelo nosso desenho da PRI só ficarão três macros:

macrorregião Sul, Norte e Leste. Esclareceu e informou ainda que todo quadrimestre acontece audiência de prestação de contas (AUDIÊNCIA PÚBLICA) na Câmara Municipal, onde são consolidados os sistemas de orçamento público, os SIOPS. Da mesma forma o conteúdo que enviamos para a câmara também segue para o Conselho de Saúde, em formato de consolidado SIOPS E APRESENTAÇÃO DE SLIDES. Nesse momento foi a oportunidade da Sra. Delian Jesus Figueredo que apresentou as atividades do HII – Hospital Infantil falando da demanda que tem aumentado muito. As ações desses primeiros quatro meses foram basicamente reformas, compra de centrais de ar, ramais telefônicos, atendimento com as inúmeras viroses, capacitações e outros. A Sra. Maria Aparecida Alves, Coordenadora da Rede Saúde Mental, fez um resumo com alguns destaques especiais e falou das adequações que foram feitas nesse período. E aproveitou o momento para fazer uma Roda de Conversa sobre o suicídio e nos alertou da importância do diálogo, pois o suicídio acontece em todas as classes sociais e todos os gêneros. Após todas as discussões a Sra. Presidente do CMS colocou em apreciação o Relatório do Primeiro Quadrimestre/2018 e PMS – Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021, o que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 27 de setembro de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ALINE MARQUES BORGES ALVES
ERCY Mª DO NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JOSÉ LINHARES DA CUNHA FILHO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
LUÍS GONZAGA CORREA NETO
MANOEL ALVES PEREIRA
MARIA APARECIDA ALVES
MARIA RAIMUNDA ARRAZ DE SOUZA
MARIA TAMAR TORQUATO CAVALCANTE
ROSIMAR MELO TELES

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em
13/09/2018.

Às quatorze horas, do dia 13 (treze), do mês de setembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Foi justificada a ausência da Conselheira: Maria da Conceição de Sousa Silveira. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Livia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Ação Prevenção de Suicídio: Conversar é a melhor saída; 3º PONTO: Relatório Comissão de Acompanhamento da Rede; 4º PONTO: Comissão de Fiscalização e 5º PONTO: Informes da Saúde. Iniciou-se pelo 1º PONTO: **Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Presidente do CMS e submetida à apreciação foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes e em seguida a Presidente fez a devolutiva no que tange à problemática existente quanto ao transporte disponibiliza aos pacientes que realizam Hemodiálise em Imperatriz, esclareceu que existe uma Lei de Transporte Sanitário conforme RESOLUÇÃO Nº 13, de 23 de fevereiro de 2017 onde aponta que o município dê condições de transporte para os pacientes doentes crônicas com dificuldades do acesso ao transporte, tenham condições de usufruir do mesmo e que o CMS discutiu o caso com o secretário adjunto de Saúde, Sr. Marcone Carneiro e Assessora de Projetos Especiais Sra Isabel Mirian e que a mesma informou que em Brasília há dois projetos requerendo esse recurso, mas ainda não foi aprovado. Na oportunidade ficou decidido ainda que o mesmo irá discutir com a promotoria e levar a orientação do CMS de se retirar o acompanhante e colocar um profissional de saúde a fim de prestar o atendimento básico em caso de urgência, aumentando assim, o número de vagas disponibilizadas aos pacientes. Informa também que não pode colocar o dono da empresa para assumir essa responsabilidade porque não consta no contrato, mas a Assessora de Planejamento Isabel Miryan Macedo disse que há um caminho de diálogo aberto para essa questão e que eles iram tentar esse caminho para facilitar o transporte. Agora está com a gestão para alinhar essa questão do transporte e o que importa é que o CMS levou o assunto e está havendo esse debate. Com relação a VISA, informa que foi enviado ao CMS o cronograma do que arrecadaram em 2017 e 2018 comprovando assim, que a falta do carro dificulta a arrecadação e as ações da VISA. Disse ainda a Sra. Presidente que a gestão se comprometeu em solucionar o caso e que o Sr. Secretário de Saúde disse que vai pedir rapidez na reforma do prédio onde a Vigilância

Sanitária será alocada. **2º PONTO: Comissão de Fiscalização.** O Conselheiro Manoel Alves Pereira fez uma breve explanação em relação ao pedido para que fosse feita uma reunião com os coordenadores para apresentação da PAS – Programação Anual de Saúde. Acha que todos tem que tomar ciência e o caminho que estamos percorrendo é um caminho mais democrático, onde todos conhecerão de fato o que está sendo realizado pela gestão. Nossos prazos já estão expirados, a CIR precisa colocar isso no sistema, que precisamos de uma data para a apresentação e que todos os Conselheiros possam participar. Franqueada a palavra, onde vários Conselheiros fizeram e a Sra. Presidente propõe para que o CMS selecione os programas que julga prioritário, porque não temos condições de ouvir todos e pede que se aprove essa reunião extraordinária. Foi proposto convidar os seguintes programas: ATENÇÃO BÁSICA, : VIGILÂNCIA EM SAÚDE, : IST/AIDS, ALTA COMPLEXIDADE, SAÚDE MENTAL: e PLANEJAMENTO. Em seguida ficou definido para dia 27/09/2018, às 14h, a reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização. **3º PONTO: Ação Prevenção de Suicídio: Conversar é a melhor saída.** A Presidente informa que a Sra. Maria Aparecida Alves quer abrir uma roda de conversa com os conselheiros sobre o Setembro Amarelo e sugere que se dê oportunidade para que ela apresente agora qual a proposta para juntos ver uma data. Todos foram de acordo. Com a palavra a Sra. Maria Aparecida Alves, Coordenadora da Saúde Mental, iniciou sua fala apresentando as ações que estão sendo realizadas nesse mês de setembro relacionado ao suicídio, pois esse tema ainda requer uma luta muito grande e devemos ser multiplicadores dessas informações e está com agenda aberta até dia 25/09/2018. A Presidente do CMS sugere que se defina uma data para esse momento em parceria com o CEREST / CISTT. Após várias falas ficou de enviar documento ao CEREST solicitando uma data para esse momento. **4º PONTO Relatório Comissão de Acompanhamento da Rede.** Foi apresentado pela Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol em datashow o Relatório da Comissão de Acompanhamento da Rede iniciando com o Relatório de visita do dia 15/08/2018, na APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e UBS de Vila Lobão onde foram feitas algumas recomendações. No momento da visita na obra da APAE estavam presentes os Engenheiros Sr. Dionatas Alves (da SEMUS/ Município) e o Engenheiro da União. A Presidente traz a informação de que a comissão de Contratos identificou que nesse projeto existe uma contrapartida do Governo Federal no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) mês referente ao termo de fomento e no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mês referente a contrapartida municipal. No entanto, não foram localizadas as notas fiscais nos processos de pagamentos. Então, este Conselho encaminhou ao Secretário de Saúde e ao Controlador do Município o ofício CMS nº 187, com cópia para o controlador solicitando esclarecimento de como estão sendo realizados tais pagamentos da inexigibilidade de chamamento nº 001/2018, processo nº 31.01.0606/2015. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que só recebemos

respostas da controladoria. Dentre as observações feitas na UBS de Vila Lobão pela comissão, está à falta de médicos para atender a demanda que segundo a diretora, já foi feita esta solicitação para a SEMUS e está aguardando a resposta. Também foram observados materiais empilhados, só não se sabe se está funcionando. Na Visita realizada dia 22/08/2018, na UBS de Lagoa Verde e Centro Novo uma das principais observações é que a casa onde funciona no Posto da Lagoa Verde é muito pequena e não comporta o serviço oferecido e a equipe solicita uma intervenção da SEMUS no sentido de melhorar a estrutura física e de pessoal e comportar os serviços que devem ser oferecidos a população com a dignidade que os mesmos merecem. No Centro Novo, a Técnica de Enfermagem sobrecarregada comprometendo o atendimento e falta de local para guardar o lixo biológico e operador para o SISREG. Na Visita realizada dia 29/08/2018, na UBS de Petrolina, Coquelândia e Olho D'Água observou-se que na UBS de Petrolina a sobrecarga da Médica Dra. Mayllane e do Enfermeiro José Elias Mendonça, pois eles atendem em 04 (quatro) UBS's, falta ainda operador do SISREG, sendo os usuários obrigados a se deslocarem até 14 quilômetros para Coquelândia por falta desse funcionário. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol disse que deve haver algo errado porque a produção do Olho D'Água é lançada no Ouro Verde. A Presidente do CMS fez uma breve explanação dizendo que as UBS's da zona rural tem uma característica de trabalho diferenciado da zona urbana, e é importante que os conselheiros saibam disso para não gerar interpretações equivocadas. Na zona urbana é praticamente uma UBS por bairro e na zona rural são áreas muito amplas e as casas são distantes, além do nº de habitantes ser reduzido, então o próprio protocolo do Ministério da Saúde define essa formatação de atendimento. O Conselheiro Manoel Alves Pereira fez uma breve explanação falando das metas da gestão e colocando a situação do local onde funciona o Posto de Saúde de Petrolina, que é um problema se tirar daquele local. E quando a equipe for fazer fiscalização no interior levar em consideração a história do local e pontuar as propostas de melhorias. A Presidente do CMS disse que em virtude dessa fiscalização em Coquelândia, já levamos para o Secretário de Saúde e foi contemplado juntamente da reforma do SAMU a melhoria da infra estrutura da UBS. O Conselheiro Jurandi Mesquita disse que o município tem condições de ter um prédio próprio em todos esses locais.

5º PONTO: Informes da Saúde A Presidente apresentou a troca dos membros: José Linhares da Cunha Filho da Comissão de Rede e que agora vai para a Comissão de Contratos no lugar da Samara Lima Ferreira que assumirá a Comissão de Rede, a troca é por conta de conhecimentos técnicos. A Presidente falou ainda do relatório da Atenção Farmacêutica que precisa da apreciação do relatório de atividades período de 2016 e 2017, mas não foi encontrada no setor de contabilidade nenhum documento referente 2016 e o Ministério Público já está cobrando, por conta disso solicita que a Comissão de Fiscalização faça o relatório com base no ano de 2017 e justifica que toda documentação do exercício anterior a

esse, foi deletado dos computadores segundo informações da contabilidade da SEMUS. Que a Assessora de Planejamento da SEMUS Sra. Isabel Myriam Macedo solicitou ponto de informes, mas não pode estar presente e por não haver nenhum representante os mesmos não serão discutidos. A Conselheira Lucília do Nascimento Lima pede ajuda do CMS para fazer cobrança dos exames feitos pela Carreta da Mulher Maranhense / Estado nos dias 19, 20 e 21/07/2018, era pra ter chegado e até o momento só dizem que foi enviado. Diz ainda que na Secretaria do Estado não consegue informações concretas, porém a comunidade está cobrando. Pede que se faça ofício solicitando esses resultados junto ao Estado. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol falou da questão da regulação do HMI na demora em atender os pedidos da UPA São José, tipo: chega um paciente cardíaco grave, daí temos que encaminhar ao HMI e que demora para os pacientes de fora, é a mesma para os pacientes de Imperatriz. Falou ainda a Conselheira que o raio X da UPS do São José não está sendo feito por falta de película. O Conselheiro Manoel Alves Pereira convida o Conselho a se inscrever no curso de aperfeiçoamento popular que a Instituição Fiocruz está proporcionando para o CMS de Imperatriz. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 13 de setembro de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
ALINE MARQUES BORGES ALVES
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
FRANCINEIDE PEREIRA ALVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOÃO BATISTA SILVA NUNES
JOÃO CARVALHO PARRIÃO
JURANDI MESQUITA
LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA
MANOEL ALVES PEREIRA
MARILENE BRITO DA SILVA
RENATA HERNADES LEAL
ROSIMAR MELO TELES
SAMARA LIMA FERREIRA

Albano Freitas de Sousa
Ana Claudia Braga Santos Silva
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves
Helio Jose Bertoldo da Silva
Joao Batista Silva Nunes
Joao Carvalho Parrião
Jurandi Mesquita
Livia D. Oliveira Bustamante
Lucilia do Nascimento Lima
Manoel Alves Pereira
Marilene Brito da Silva
Renata Hernades Leal
Rosimar Melo Teles
Samara Lima Ferreira

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em
11/10/2018.

Às quatorze horas, do dia 11 (onze), do mês de outubro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz – Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Livia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura de Atas de reuniões anteriores. Leitura da Ata da reunião ordinária do dia 13/09/2018 feita pela Presidente do CMS que colocada em apreciação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. Haja vista constar na Ata a situação da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva entregou ao Presidente da Comissão de Fiscalização Sr. Manoel Alves Pereira, um dossiê sobre a situação da APAE para que seja dado um parecer legal, e pede que até a próxima reunião essa questão seja resolvida. Leitura da Ata da reunião extraordinária do dia 27/09/2018 feita pelo Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva e em seguida submetida a apreciação o que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida a Sra. Presidente informa que após o fechamento da pauta o Sr. Dionatas Alves de Oliveira, Coordenador do Setor de Engenharia da SEMUS, solicitou que fosse incluso na pauta o Cancelamento das propostas de construção de Academias da Saúde dos bairros: Santa Inês, Vilinha, Parque Buriti, Recanto Universitário, Parque Alvorada I, Nova Vitória e Vila Cafeteira. Projetos que o Ministério da Saúde deu um prazo muito curto para o cancelamento das mesmas e, Sra. Isabel Myriam Macedo que pediu a inclusão de pauta do ponto Grade de Referência e Contra – Referência – Pactuações 2018 da Urgência e Emergência no HMI – Hospital Municipal de Imperatriz – Maranhão. Colocado em votação a inclusão dos pontos foram aprovados por 13 (treze) votos a favor e 02 (dois) votos contrários dos Conselheiros Albane Freitas de Sousa e Luís Gonzaga Correa Neto. **2º PONTO: Cancelamento das propostas de construção de Academias.** Com a palavra o Sr. Dionatas Alves de Oliveira, Coordenador do Setor de Engenharia da SEMUS fez uma breve explanação sobre o assunto, onde disse que essas propostas de academias foram conseguidas na gestão anterior e somente lançaram na saúde essas propostas, mas não foram analisadas se tinha local adequado para se fazer essas academias. Quando assumimos, começamos analisar tais propostas e observamos a falta de terreno para construir as mesmas. Foi analisado caso a caso, levamos ao Prefeito a situação e ele disse que se não tivermos como construir agora, que se desse a resposta para o

Ministério da Saúde e é esse o caminho que estamos propondo, justificando o porque de não terem sido executadas. Na verdade, eles nem deviam ter elaborado propostas se não tinha local adequado, foram aprovadas, mas não estão dentro dos critérios e nossa justificativa é dizendo que não temos condições de executar no momento e, com essa justificativa, as portas do Ministério da Saúde ficam abertas para uma nova proposta futura dentro dos critérios exigidos pelo Ministério da Saúde. No entanto, quando a proposta é aprovada, o MS já repassa a primeira parcela ao fundo municipal, a qual devemos devolver e por isso o Ministério da Saúde solicitou que o Conselho de Saúde aprove tal cancelamento de obras. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que como essa questão envolve um recurso que veio para tal fim, seria interessante um parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos dizendo que estão cientes da devolução do recurso. O Conselheiro Manoel Alves Pereira disse que a obra em si seria boa, pois envolve vida saudável, estimula qualidade de vida, mas como trabalhamos a questão da fiscalização, pois entendemos que o Ministério da Saúde olha o Projeto que está no papel e somente quando a obra é concluída, que eles vêm constatar se a obra de fato está dentro dos critérios e caso não esteja, o município tem que devolver recurso. Então, se é feita essa justificativa dando probabilidade de que sejam elaborados novos projetos dentro dos critérios exigidos pelo Ministério da Saúde, propõe que se aprove o cancelamento da obra. Em seguida a Sra. Presidente colocou em votação a proposta de Cancelamento das Propostas de Construção de Academias da Saúde com a devolução do recurso , são elas: 06158455000112-017 Construção de Academia da Saúde do bairro **Santa Inês**; 06158455000112-018 Construção de Academia da Saúde do bairro **Vilinha**; 06158455000112-019 Construção de Academia da Saúde do bairro **Parque do Buriti**; 06158455000112-020 Construção de Academia da Saúde do bairro **Recando Universitário**; 06158455000112-022 Construção de Academia da Saúde do bairro **Parque Alvorada I**; 06158455000112-025 Construção de Academia da Saúde do bairro **Vila Cafeteira** e 06158455000112-023 Construção de Academia da Saúde do bairro **Nova Vitoria**, o que foi aprovado por 13 (treze) votos a favor e 02 (dois) votos contrários dos Conselheiros Albane Freitas de Sousa e Luís Gonzaga Correa Neto por não concordarem com o cancelamento de construção das academias. Na oportunidade a Comissão de Fiscalização ficou de se reunir na quinta-feira, às 14h, na sala do CMS para fazer relatório a respeito da devolução do recurso das academias. **3º PONTO: Apresentação Normativa 01/2018 e Central de Assistência Farmacêutica.** A Sra. Bruna Castro, Coordenadora da Assistência Farmacêutica pediu esse ponto de pauta porque em junho solicitou a esse colegiado a possibilidade da criação da Comissão de Farmácia Terapêutica e hoje trás a informação de como ficou constituída a Comissão de Assistência Farmacêutica da qual a mesma é presidente. Haverá seis reuniões durante o ano onde debateremos todas as regulamentações que ocorrem dentro das redes de atenção a saúde, atenção primária, média

e alta complexidade e rede de saúde mental. Diante disso surgiram várias problemáticas relacionadas a dispensação e entrega de medicamentos. Destacando a necessidade de se constituir uma normativa municipal como elemento norteador onde se debaterá como será feita a prescrição de medicamentos no município e outras situações, para que os atores de saúde dentro de qualquer rede de atenção em saúde possam constatar como está diante dos medicamentos tudo com amparo da Vigilância em Saúde. Trás essas informações para conhecimento e diálogo. A Presidente do CMS, que faz parte dessa comissão, informa ser este um trabalho muito dispendioso e já foi conversado com o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano para que se aprove essa normativa e além de estar dando retorno ao trabalho da comissão, vai respaldar o nosso trabalho junto ao CMS. Em seguida a Sra. Presidente do CMS colocou em apreciação a Normativa da Atenção Farmacêutica que foi aprovada por unanimidade. **4º PONTO: Prestação de contas Farmácia Popular.** O Conselheiro Manoel Alves Pereira leu o parecer da Comissão de Fiscalização referente ao Programa Farmácia Popular de Imperatriz dando parecer favorável à apreciação referente ao ano de 2017, haja vista que não foi localizado nenhum documento do período de 2016. A Sra. Bruna Castro colocou que em julho de 2017 recebeu ofício do Ministério da Saúde ordenando o fechamento por conta da Fio Cruz não estar fazendo repasse de recursos e deixa claro que a gestão se manteve íntegra com os funcionários presentes. Após as colocações a Presidente do CMS abriu para votação o Relatório da Comissão de Fiscalização que aprovou a prestação de contas da Farmácia Popular, exercício 2017. **5º PONTO: Projeto Unidade Móvel Oncológica** Com a palavra a Sra. Isabel Myriam Macedo, assessora de Planejamento da SEMUS disse que não vai apresentar esse ponto hoje, porque o mesmo requer uma apreciação da Comissão de Orçamento de Fiscalização dos Recursos Financeiros e vai encaminhar para quem de fato vai fazer essa apresentação que seria a coordenadora da Unidade de Oncologia Móvel que seria a Sra. Vilanice Batista **6º PONTO: Informes da Saúde.** Grade de Referência de Urgência e Emergência A Sra. Isabel Myriam Macedo fez uma breve explanação sobre a grade de referência que é uma planilha onde se diz o que compete a nossa base do SAMU fazer referências de transferências de pacientes quando necessário. É uma rede de urgência e emergência desenhada numa planilha dizendo de onde e para onde este paciente vai ser encaminhado no caso de tratamento. Estamos submetendo a este colegiado, considerando que a Unidade do Vila Nova passa a ser um ambulatório especializado em doenças crônicas, enfatizando que para este primeiro momento a nefrologia funcionará em ambulatório especializado em nefrologia pré-diálise, ou seja, para aquele paciente que ainda não está em estágio de hemodiálise, daí esse paciente vai ter um atendimento no estágio 4 e 5 contando com uma equipe médica multiprofissional, também para realizar o tratamento desse paciente que muitas vezes quando diagnosticado já está fazendo a diálise. Agora vamos ter esse banco de dados e o mapeamento desse paciente

para tratá-lo nesse nível médio de complicação. Porém o Ministério da Saúde diz que para ser habilitado o ambulatório, alguns critérios devem ser considerados e um deles é termos essa grade de referência SAMU para caso o paciente se sentir mal ser acompanhado por especialista. Contemplando esta aprovação, já vamos também poder alcançar uma outra demanda que temos para o Vila Nova, onde contamos com enfermarias e até o mês de novembro vamos estar funcionando 25 (vinte e cinco) leitos de retaguarda de cuidados prologados de pacientes que são internados em condições crônicas. Dentro do HMI tem pacientes que ficam de 2 a 3 meses e esse paciente não demanda um cuidado emergencial ou que gere risco de vida, sendo mantido no HMI apenas para um tratamento em si fisioterapêutico ou para curativos e aí ele vai ser encaminhado a um leito na Unidade da Vila Nova, é o que chamamos de leitos de “cuidados prolongados” e tem financiamento para isso. Com isso vamos sair um pouco do impacto negativo que foi a perda dos 7 milhões de reais dos leitos de retaguarda de UTI's do HMI e com esse financiamento, vamos tentar um equilíbrio financeiro. Vários Conselheiros fizeram uso da palavra, o Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva pergunta se no Vila Nova vai continuar uma Unidade Mista. A Sra. Isabel Myriam disse que sim, pois temos espaço e disse que identificou e trouxe a sugestão para o Secretário de Saúde Dr. Alair Firmiano de se manifestar junto ao Ministério da Saúde como nos manifestamos com os leitos de pediatria e conseguimos. E informa que até agora tem um impedimento que é o Estado que não liberou a Resolução CIB – Comissão Intergestora Bipartiti e que ainda não conseguiram resolver a questão de recursos por conta dessa pendência. Já se manifestou oficialmente, mas a resposta é de que não está assinada. Foi inaugurado uma Enfermaria no Pronto Socorro do HMI, com 12 (doze) leitos, mas ainda não conseguimos recursos. Que o Ministério da Saúde confirmou uma pauta para rediscutir o plano de providência do desbloqueio dos 7 milhões. A Sra. Presidente pergunta quem vai ser responsável pelo setor de acompanhar esse projeto do ambulatório de nefrologia e se haverá médico compondo a equipe da unidade 24h. Isabel Myriam disse que ainda não pensaram nisso porque o ambulatório de nefrologia de média e alta complexidade vai funcionar no mesmo fluxo que funciona hoje os ambulatórios especializados dos Três Poderes. A Nefrologia é uma especialidade a mais que vai funcionar nas quartas e quintas-feiras na Unidade de Saúde de Vila Nova com um agendamento de consulta normal pela regulação do SISREG. Esse paciente continuará sendo referenciado pela Atenção Básica que é a porta de entrada e quem vai atender esse paciente é Dr. Irisnaldo Félix que é o médico de referência da equipe que fará o acompanhamento e que em relação à internação de longa permanência, não haverá médico 24h, porém o paciente será avaliado diariamente pelo médico da equipe, e que haverá uma equipe de enfermagem completa, esta sim, em regime de plantão de 24h, haja vista que estes pacientes não apresentarão risco imediato de vida. A Presidente do CMS ressalta que por serem pacientes crônicos de longa permanência e que em sua maioria são

idosos, sugere que seja feita uma triagem muito acurada, pois apesar de não serem pacientes de risco imediato, o idoso em sua maioria possuem co-morbidades que requerem cuidados específicos e que estas tendem a se agravar durante uma internação. Pede ainda, que a Sra. Isabel fale um pouco sobre a situação das UTI's que estão no Hospital Alvorada cujo contrato termina agora em novembro/2018. A Sra. Isabel Myriam disse que em face a perda dos 20 leitos que eram de responsabilidade do Estado, e que ele fechou dentro da Rede de UTI urgência e emergência, bem como as muitas ordens judiciais e tendo que escolher o paciente que iria sobreviver. Foi apreciado favoravelmente por esse colegiado com anuência do Secretário Municipal de Saúde a abertura de 10 (dez) leitos com recursos do Tesouro Municipal, que está funcionando no Hospital Alvorada e nunca foi esvaziado. A Gestão abriu por 180 (cento e oitenta) dias emergencialmente aqueles dez leitos de UTI's e hoje pagamos R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) / dia pelas diárias o que fecha uma conta de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) / mês. Esse contrato se encerra agora em novembro/2018 e não depende só do nosso querer, pois estamos com dificuldades em manter esses leitos sem ajuda de outro ente federativo. Pleiteamos junto ao Ministério da Saúde o financiamento para abrir esses novos dez leitos, para que possamos receber recursos por eles, e se formos habilitados vamos receber R\$ 800,00 (oitocentos reais) / dia e fica uma conta mais leve. Hoje temos funcionando 10 leitos do Hospital Alvorada, 20 leitos no HMI/adulto e mais 10 leitos infantil e se conseguirmos colocar esses leitos para uma gestão privada que possa alcançar esses 40 leitos de UTI's, já vamos economizar bastante. Em seguida a Sra. Presidente do CMS colocou em apreciação a Grade de Referência e Contra Referência – transporte SAMU/ Rede de Urgência e Emergência da Região de Imperatriz – Maranhão, com a inclusão da Unidade de Saúde da Vila Nova, com o funcionamento do Ambulatório Especializado em Nefrologia e com a Implantação de novos 25 (vinte e cinco) Leitos de Cuidados Prolongados/ Longa Permanência. Unidade de Saúde: Vila Nova. **CNES: 2456257**, o que foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. A Assessora de Planejamento Isabel Myriam Macedo passou a informar sobre os seguintes pontos: **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019**. Disse que precisamos apontar uma dotação orçamentária que vai subsidiar todos os outros desdobramentos da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 e passou a Mesa a dotação orçamentária como um espelho do que vai refletir ainda estimado para 2019, é um documento que possivelmente pode ser alterado e está dando ciência para o Conselho. **INDICADORES DO SISPACTO**. Informa que foram chamados no Estado para avaliar os indicadores de 2017 já em setembro para pactuar 2018, sendo que muitos municípios faltaram e nós ainda não conseguimos fechar a tabela SISPACTO de outros municípios da região de saúde e estamos aguardando eles fecharem essa tabela e assim que os outros municípios consolidar os indicadores, eles mandam e aí traremos para o CMS analisar e dar parecer. **Qualificação do SAMU 192**. Não vamos perder

nosso recurso, já saiu à aprovação do Ministério da Saúde e conseguimos atender aos critérios e o SAMU mantém seu recurso para Imperatriz. A Conselheira Maria da Conceição de Sousa Silveira informou que esteve presente na reunião da CIR – Comissão Intergestores Regional que aconteceu dia 10/10/2018 e acha importante que o Conselho esteja presente nessas reuniões. O Conselheiro Luiz Gonzaga Correa Neto informa que esteve visitando algumas Unidades de Saúde e observou que os bebedouros da maioria delas estavam com defeito e quer saber de quem é a responsabilidade, qual a empresa responsável pela manutenção dos mesmos para que seja solicitada as providências cabíveis. A Sra. Presidente explicou que a Empresa que entrou agora já está fazendo um levantamento dos casos prioritários e estamos observando que a cada dia um local está sendo solucionado. Como nada mais havia a ser tratado a Presidente do CMS agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 11 de outubro de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA
ALBANE FREITAS DE SOUSA
M^a da CONCEIÇÃO DE SOUSA SILVEIRA
ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA
ERCY M^a DO NASCIMENTO CHAVES
HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA
JOSÉ LINHARES DA CUNHA FILHO
FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA
JURANDI MESQUITA
LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE
MANOEL ALVES PEREIRA
MARILENE BRITO DA SILVA
M^a RAIMUNDA DE SOUSA ARRAZ
MARIA APARECIDA ALVES
LUIS GONZAGA CORREIA NETO
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA FILHO
M^a TAMAR TORQUATO C. SOUSA
MARIA DIVINA DA SILVA REIS

Albane Freitas de Sousa
Pres
Rosa Claudia Braga Santos Silva
Ercey Maria do Nascimento Chaves
Jose Linhares da Cunha Filho
Jurandi Mesquita
Livia Bustamante
Manoel Alves Pereira
Marilene Brito Silva
Maria Raimunda de Souza Arraz
Luiz Gonzaga Correa Neto
Maria Tamar Torquato Cavalcante de Sousa